

Pedra & Cal

Ano I - Nº 0
Out / Nov / Dez 1998
Publicação trimestral
Preço 750\$00
(IVA Incluído)

Revista do Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico



Jornada do GECORPA em Seteais

Prática da Conservação e Restauro do Património Arquitectónico



6
Património construído
As mudanças necessárias
por Elísio Summavielle

10
Reportagem
Fundação Cultursintra

12
Reportagem
Escola Profissional de
Recuperação
do Património de Sintra

15
Entrevista
Edite Estrela
Presidente da Câmara
Municipal de Sintra

19
Reportagem
Recuperação do Centro
Histórico do Porto

23
Actualidade
Sismo nos Açores

25
Entrevista
Vitor Córias e Silva
Presidente do GECORPA

29
Igreja da Cartuxa

33

Opinião
A formação superior
e a conservação de
edifícios antigos
por Paulo Lourenço

36
Opinião
A internet "agora" está na
moda
por Mário Cardoso

38
Opinião
Trabalhos de recuperação
da Igreja de S. Lourenço de
Lisboa
por Teresa Campos Coelho

42
Opinião
Castelos de pedra e cal
por Francisco Sousa Lobo

45
Opinião
Algumas reflexões sobre as
relações
entre a investigação, o
projecto
e a intervenção no
património
arquitectónico
por Maria Manuela Barata

46, 47, 48

Divulgação
Quinagre, OZ e
Monumenta

49
Notícias
50
Agenda



Editorial



Na era da comunica76o, lan77ar uma nova revista 6 quase um acto trivial.

Espero que n6o seja esse o caso com a revista do GECORPA. O nascimento da "Pedra & Cal" 6 desejado, e creio que ela ir6 preencher um vazio e desempenhar uma miss6o.

Preencher um vazio porque, de facto, n6o existia entre n6s nenhuma revista que abordasse a *pr6tica* da reabilita76o das constru76es antigas e, em particular, a conserva76o e restauro do patrim6nio arquitect6nico: o que se faz, como, quando, onde, para quem e porqu6... visto por quem faz.

Desempenhar uma miss6o porque, dirigindo-se aos associados e, em geral, 6s empresas e profissionais desta 6rea, a revista os ir6, por todos os meios, ajudar a fazerem um melhor trabalho.

A ac76o da revista inscreve-se, necessariamente, nos objectivos do GECORPA: a defesa dos interesses dos associados, a promo76o na qualidade nas interven76es de reabilita76o das constru76es antigas e da excel6ncia na conserva76o e restauro do patrim6nio arquitect6nico portugu6s.

Desde j6, uma palavra de agradecimento a todos os que se empenharam nesta iniciativa e, em particular, aos que contribuíram e v6o contribuir para o conteúdo da revista.

V. C6ias e Silva
(Director)

Pedra & Cal

Director : Vitor C6ias e Silva

Propriedade : GECORPA-Gr6mio das Empresas de Conserva76o e Restauro do Patrim6nio Arquitect6nico

Rua Pedro Nunes, 27-19 Dt - 1050 Lisboa

Telef (01) 354 36 36 Fax (01) 315 79 96

<http://www.gecorpa.pt>

e-mail: info@gecorpa.pt

NIPC 503 980 820

Produ76o: Onda Azul-Marketing e Comunica76o Lda.

Rua Tenente Jean Raymond, n8 13 r/c Dt/Esq 2900 Setúbal

Telef (065) 532504 Fax (065) 30114

e-mail: ondazul@mail.telepac.pt

NIPC 502994541

Reda76o: Amílcar Malh6 (Editor)

Alexandra Abreu, Cl6udia Veloso, Marina Alves

Departamento Gr6fico: Maria das Neves

Secretariado: Leonor Pereira

Conselho Redactorial: Jos6 Aguiar, Teresa

Campos Coelho, Nuno Gil, Jo6o Mascarenhas

Mateus, Jo6o Appleton

Colaboradores (opini6o): Elísio Summavielle,

Paulo Louren77o, M6rio Cardoso, Teresa Campos

Coelho, Francisco Sousa Lobo, Maria Manuela

Barata

Outras colabora76es: Eduardo Geada

(F. Cultursintra), Ana Xavier (EPRPS), Eduardo

Cansado Carvalho (LNEC), Fernando Pinto

(DGEMS), Braga da Cruz (FDZHP), Jorge Lira

(FDZHP), Miguel Maia (FDZHP), Rui Loza

(CRUARB)

Publicidade e Assinaturas:

Telef. (01) 354 23 36 - Fax (01) 315 79 96

Sele76o de cores, fotolitos, montagem e

impress6o: Gr6fica Bocage, Lda.

Av. Luisa Todi, 380 - 2900 Setúbal

Tiragem: 2 000 exemplares

Registo na DGCS n8 222548

Periodicidade trimestral

Dep6sito Legal n8 128444/98

Capa: P6lacio de Seteais

Foto cedida por Hotel P6lacio de Seteais

Património construído

As mudanças necessárias



Elísio Summavielle
(Subdirector-Geral da DGEMN)

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) é detentora de uma experiência bem sucedida, e única no contexto nacional, de intervenção em património arquitectónico classificado. Ao cumprir no próximo ano de 1999 setenta anos de existência como entidade pública responsável, na viragem de um novo milénio, considera ser tempo para reflectir (e temo-lo feito empenhadamente), inovando a acção, indo ao encontro das formas mais adequadas de responder com eficácia às novas questões que enformam esta área do conhecimento, e, sobretudo, tendo em conta um novo enquadramento de mudança, na atitude e nas motivações dos mais diversos agentes e entidades, envolvidos na salvaguarda e valorização do nosso património construído. Por um lado, todas as recomendações, declarações e convénios internacionais apontam nitidamente para um alargamento do conceito de "património arquitectónico", que ultrapassa o edifício isolado, e faz do património construído de interesse histórico e/ou cultural o objecto prioritário da atenção de todo e qualquer planeamento urbano e regional (Declaração de Amsterdão, Convenção de Granada, Carta das Cidades Históricas, ICOMOS, etc.). Por outro lado, e paralelamente a uma maior abertura e transversalidade no

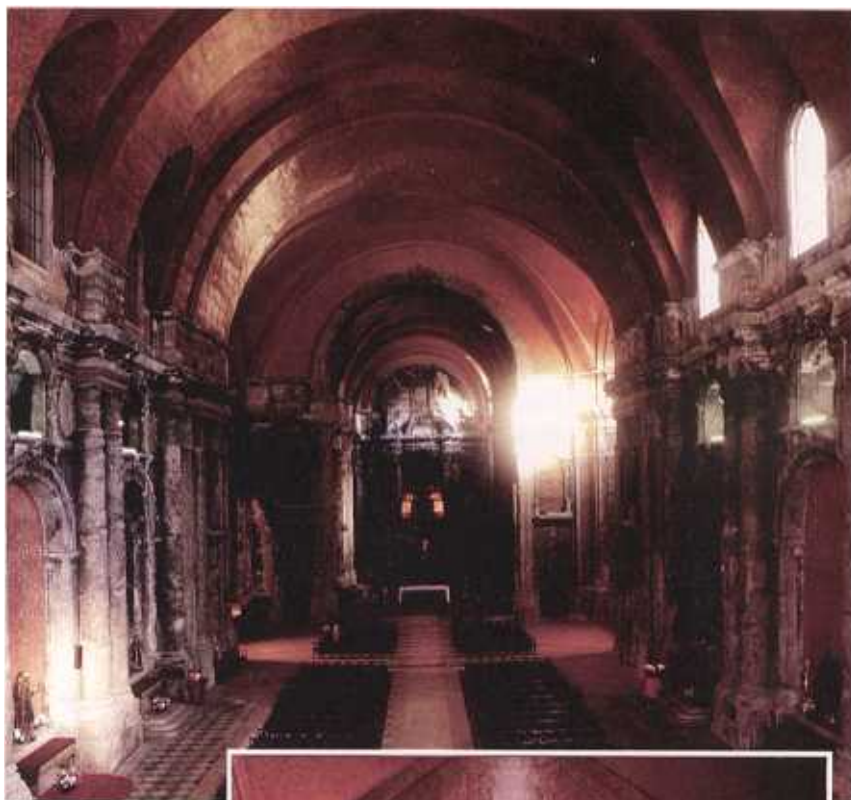
enquadramento e na definição da acção, constatamos uma tendência crescente para a busca de um maior grau de especialização e profissionalização, que permita garantir o rigor da autenticidade das intervenções em património edificado. Em Portugal são bem visíveis, para quem no seu dia a dia lida com estas questões, os sinais de mudança de atitude por parte dos diversos poderes, públicos e privados, administração local, agentes, cidadãos, e na própria opinião pública. Salvaguardar e valorizar o património é matéria de cidadania, começa a ser entendido como factor de progresso e desenvolvimento estratégico, enfim, como sinal de qualidade e bem estar.

Haverá assim diversas vertentes de actuação a ter em conta nesta área, considerando a montante a situação geral, a identidade e o estado em que se encontra o património edificado, e depois a definição das opções de intervenção, o estabelecimento de prioridades, graus de tecnicidade, complexidade, e capacidades de resposta no tempo considerado necessário. É neste contexto que a DGEMN, para além do modo sistemático como vem procedendo ao Inventário do Património Arquitectónico (IPA) - elemento indispensável a qualquer projecto de intervenção, pela informação que congrega e cruza (1), está

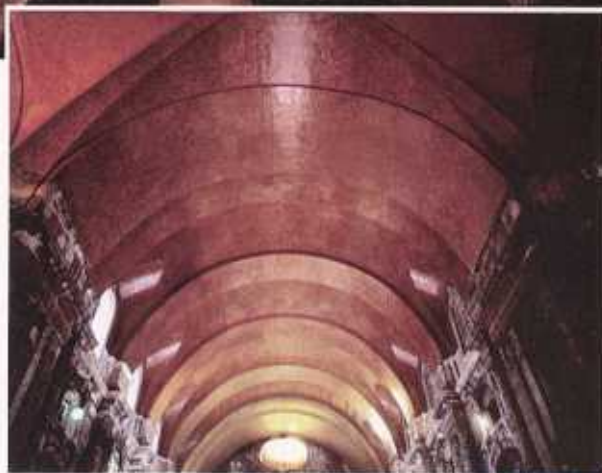
também a dar os primeiros passos no que designamos “Carta de Risco”, em que as patologias são hierarquizadas e analisadas, de modo a constituir a base técnica das soluções e dos projectos de execução. No futuro (como já vem acontecendo no presente) as operações de conservação e reabilitação irão pautar-se cada vez mais por critérios testados de qualidade, não só nas componentes técnicas da construção (segurança, estabilidade, térmica, materiais, durabilidade, etc.) como também por uma maior exigência face às necessidades e aspirações das populações, ou seja, na melhoria das suas condições e qualidade de vida.

(1) O IPA está disponível através da Internet: <http://www.monumentos.pt>

Resultado da tendência atrás referida, é o facto de constataremos em Portugal, nos últimos anos, que na área da construção civil se verificou um acentuado crescimento do volume de investimento em conservação/recuperação de património edificado (cerca de 10% do total do investimento). A média europeia andarà nos 40%, com tendência a aumentar. Ora tal situação irá, com toda a certeza, trazer transformações nos mecanismos legais e operativos do sistema, ou melhor, na “cultura” das intervenções em património histórico/cultural. E se por um lado, do ponto de vista legal, será naturalmente tida em conta uma nova segmentação do mercado, assumindo-se as suas implicações em regulamentações específicas (alvarás, licenciamentos, etc.), ou na legislação geral (património, REGEU, planeamento, etc.), também por outro lado, e não menos importante, irá ser tida em conta a natural estruturação de novas empresas vocacionadas para esta área, definindo-se normas, critérios e apoios na área da formação técnica e qualificação da mão de obra, não esquecendo que hoje a procura supera largamente a oferta (estamos perante um novo potencial mercado de emprego), não descurando o papel da inovação tecnológica e a amplitude dos seus recursos, os quais irão



Recuperação
da Igreja de
S. Domingos
após o
incêndio



caminhar lado a lado com os novos “mestres” das técnicas tradicionais, garantia da autenticidade e mestria das intervenções em património edificado.

Por tudo isto, do nosso ponto de vista é extremamente ilustrativo e meritório, como resposta dinâmica ao sinal dos tempos, o aparecimento de uma associação de empresas como o GECORPA, vocacionada para esta área nobre da construção. A “Declaração de Princípios” que preside à sua constituição, e os objectivos nela enunciados, garantem desde já um

processo de mudança na cultura e na mentalidade, pelo qual todos seremos co-responsáveis. Pela nossa parte, pelo percurso que a DGEMN vem trilhando ao longo de décadas, pelo entusiasmo com que inovamos e encaramos o futuro, haverá razões acrescidas de confiança, cooperação e abertura, em torno de um projecto ambicioso que vai dando ponderadamente os primeiros passos, ao encontro de um legado que todos desejamos mais estimado, mais respeitado, e mais vivido por todos os portugueses.

Em Seteais

Prática da Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

é tema de Jornada organizada pelo
GECORPA

A empresas portuguesas que se dedicam à conservação e restauro do património arquitectónico são as principais depositárias do "saber fazer" que ainda resta, e que é imprescindível quando realmente se procura a excelência nas intervenções neste domínio.

No entanto, como acontece noutros países, também entre nós há, infelizmente, exemplos de intervenções mal concebidas ou mal executadas, que acabam por contribuir para a desvalorização do património arquitectónico, motivadas sobretudo por desconhecimento ou imprevidência.

Surge, portanto, com grande oportunidade, o encontro promovido em Seteais no dia 30 Outubro pelo GECORPA, dirigido fundamentalmente às empresas, com o objectivo de equacionar as questões colocadas pela "Prática da Conservação e Restauro do Património Arquitectónico" em Portugal, e promover uma reflexão sobre este tema.

Do programa desta Jornada, a decorrer precisamente no dia em que é apresentada esta edição da



Pedra & Cal, consta a abordagem de temas tão actuais e importantes como: **Objectivos e Metodologias**, por António Lamas, do IST, **Levantamento e Diagnóstico**, por Luígia Binda, do Politécnico de Milão, **Projecto e Planeamento das Intervenções**, por Mascarenhas Mateus, do IST, **Intervenções Estruturais: Técnicas Tradicionais e Técnicas Avançadas**, por Gaspar Nero, do IST, **Intervenções na Superfície Envolvente: Pedra, Rebocos e Pinturas**, por José Aguiar, do LNEC, **Oportunidades de Formação Profissional** por Vítor Dias, do CENFIC, **Monitoragem e Gestão da Informação sobre o Património Arquitectónico**, por Pier P. Rossi, ex-ISMES, e **Classificação e Acreditação das Empresas** por Córias e Silva, do GECORPA.

DA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO GECORPA

Sendo o Património Arquitectónico obra dos antigos mestres construtores, são os seus sucessores, os construtores de hoje, organizados em empresas devidamente estruturadas, quem está melhor posicionado para realizar, em obra, as intervenções necessárias para a sua conservação e restauro.

Pedra & Cal conta apresentar na próxima edição, um trabalho desenvolvido sobre este evento.

Palácio de Seteais

O Palácio de Seteais foi edificado no último quartel do Séc XVIII, pelo cônsul holandês Daniel Gildmeester e é hoje uma requintada unidade hoteleira, na qual se realiza a jornada do GECORPA.

Nos finais desse século, a propriedade foi vendida ao 5º Marquês de Marialva, Estrebeiro-mor do reino, que acrescentou à primitiva construção um segundo núcleo, ligando-os por um arco encimado pelo brasão real e um medalhão que contém as efígies de D. João VI e D. Carlota Joaquina. A obra terminou em 1802.

Fundação CULTURSINTRA na Quinta da Regaleira

Planificar o futuro do passado

Ponto de confluência entre a História e o Mito, a Quinta da Regaleira ocupa um lugar único na identidade cultural da tradição mítica portuguesa e do revivalismo romântico sintrense". É este o tom descritivo com que Edite Estrela, presidente da Câmara Municipal de Sintra, alude à Quinta da Regaleira, em entrevista a P&C (página 15). Mas qualquer narrativa será, talvez, modesta perante o encantamento de quem percorrer os segredos e mistérios do lugar onde a natureza é guardiã das correntes inspiradoras dos seus criadores – a Quinta da Regaleira.

Inserida no Centro Histórico de Sintra, classificado Património Mundial pela UNESCO, a Quinta da Regaleira inclui um conjunto de edificações extremamente valioso do ponto de vista patrimonial. Adquirida em 1997 pela Câmara Municipal, a Quinta da Regaleira é agora objecto de um Plano de Recuperação e Gestão dirigido pela Fundação Cultursintra, com o intuito de preservar estes quatro hectares de património arquitectónico e natural, transformando-os, simultaneamente, num lugar privilegiado de cultura. Nesse sentido, a Fundação Cultursintra traçou vectores de actuação. Para além, obviamente,



da conservação patrimonial ao nível do seu uso quotidiano, o quadro de intervenção rege-se pela adaptação funcional de alguns dos edifícios da Quinta. A expressão "planificar o futuro do passado" é utilizada pelo Administrador Delegado da Fundação Cultursintra, Eduardo Geada, para introduzir a ideia de que "não se recupera o património só porque pertence ao passado, mas porque é necessário criar condições para que continue a ser útil ao presente".

Decorrente desta premissa, foi delineado um programa anual de actividades culturais, a ter início no próximo ano, no sentido de transformar a Quinta da Regaleira num ponto de encontro comunitário, pólo de atracção cultural, palco vivo de eventos lúdicos como exposições, colóquios, conferências, espectáculos musicais e teatrais. Ainda neste âmbito, foi decidido abrir os portões da Quinta da Regaleira ao público. Desde Junho são proporcionadas visitas guiadas – uma viagem de hora e meia sob um quadro tridimensional de simbolismos, mitos e talento arquitectónico (ver caixa).

E são as receitas da exploração turística, somadas aos subsídios que a Câmara de Sintra determina de acordo com o Plano Anual de Obras de Recuperação e aos apoios de um corpo de mecenas institucionais, sobretudo grandes empresários do Concelho de Sintra, que perfazem a base de financiamento da actividade da Fundação Cultursintra, cujo objectivo primeiro é proceder ao Plano Global de Recuperação, de forma gradual e faseada. O primeiro passo está dado: a instalação da sede social da Fundação na Casa da Renascença, vivenda acastelada próxima do palácio.

O Palácio da Regaleira é indubitavelmente o ex-libris da panóplia arquitectónica exposta na Quinta da Regaleira. Actualmente apenas parte do edifício está aberto ao público. Trata-se do piso térreo, por onde se distribuem imponentes divisões, recheadas de sentimento artístico testamentado “nas cores harmoniosas dos revestimentos cerâmicos, nos ambientes acolhedores das madeiras de carvalho, ou no aveludado e real púrpura das portas”. O piso superior está, de momento, reservado aos trabalhos de restauro, que implicam igualmente o



Casa da Renascença
Sede da Fundação
Cultursintra



Entrada principal do Palácio
da Regaleira - mosaico
importado de Veneza
(1808 - 1910)

isolamento das coberturas e das fachadas de forma a travar a degradação estrutural do edifício. O também chamado de Palácio dos Milhões, transformar-se-á então no palco privilegiado dos “Encontros da Regaleira”, tertúlias temáticas, de espectáculos de carácter erudito, e servirá ainda para instalar um espaço museológico.

Trata-se, pois, de um plano integrado para os próximos quatro anos, sujeito

Os vestígios sobre a existência da Quinta da Regaleira remontam ao século XVII. Testemunhos documentais contam que em 1697, José Leite adquiriu uma vasta propriedade, vizinha da vila de Sintra, que corresponderia, de forma muito aproximada, aos terrenos da actual quinta, mas que só viria a tomar a designação de Quinta da Regaleira em 1830. Mais meio século, evoluindo arquitectonicamente sob o signo do movimento romântico (refira-se a Torre da Regaleira e a Casa da Renascença a título de exemplo), e será em 1892 que, por 25 contos de réis, António Augusto Carvalho Monteiro se torna o proprietário e responsável do que é hoje a Quinta da Regaleira. Chamavam-lhe o Monteiro dos Milhões. Nascido no Brasil, mas de pais portugueses e herdeiro de uma grande fortuna, convidou no final de oitocentos o arquitecto cenógrafo italiano Luigi Manini para dar corpo e alma ao sonho – construir a sua mansão filosófica.

“(…) É, pois, em plena concordância que estes dois homens inspirados vão idealizar o extraordinário conjunto de construções que fazem, hoje, da Regaleira um espaço edificado, simultaneamente lúdico e didáctico, onde a arte e o mistério se entrelaçam. (...) Também no plano esotérico Carvalho Monteiro e Luigi Manini partilhavam afinidades. Se assim não fosse, dificilmente a Regaleira seria aquele mundo de signos e símbolos, de percursos iniciáticos, de códigos ancestrais que, ainda hoje, nos

ao consenso de uma Comissão Consultiva, e que prevê já para o ano de 1999 a electrificação da Quinta e a recuperação de outras edificações, nomeadamente o Palácio das Cocheiras, projectos de carácter executivo específico, que passam pela avaliação e aprovação do Centro Histórico de Sintra e do Instituto Português do Património Arquitectónico.

Citando o Administrador Delegado

Quinta da Regaleira

Um lugar para se sentir



fascinam e surpreendem. (...) Basta olharmos para o Palácio da Regaleira, onde se destaca o tão celebrado estilo neo-manuelino. Mas, na irregularidade da sua estrutura e volumetria, de é revestido, em toda a altura dos três pisos, por um imaginário ambivalente. Por um lado, os cordões, o vegetalismo, as esferas armilares e os columnelos torsos inspirados na arte do tempo de D. Manuel I. Por outro lado, toda uma iconografia nova, criada nessa transição do séc. XIX, que vai das espécies animais e antropomórficas ao simbolismo esotérico, relacionado, sobretudo, com a alquimia, a maçonaria templária e a tradição mitológica portuguesa. (...)”

in “Quinta da Regaleira” - publicação Fundação Cultursintra 1998

da Fundação, Eduardo Geada, “vamos deixar a descoberto as várias camadas e os vários extractos históricos que a Quinta comporta, desde a data em que foi construída até hoje, de forma a que as pessoas possam ver muito bem o original, como este se preservou e quais as intervenções subsequentes”.

“Ela não só é um monumento que merece ser preservado, como pode transformar-se num equipamento cultural, marco histórico para o concelho e sua identidade”.

Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra

Formar para recuperar

A

s questões relacionadas com a conservação e recuperação do património histórico tornaram-se um tema particularmente sensível nos últimos anos: elas são o rosto das estratégias de salvaguarda desenvolvidas, e que dependem, tantas vezes, do apoio político e social. E dependem também da aposta na formação de técnicos qualificados, que vêm substituindo os velhos artesãos.

A Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra (EPRPS), que teve origem num curso co-financiado pelo Fundo Social Europeu e pela Câmara Municipal de Sintra, no ano lectivo de 1989/90, tem desenvolvido um trabalho meritório na formação de jovens nesta área. O processo de oficialização iniciou-se no ano seguinte, com a apresentação ao GETAP de uma proposta de homologação, que foi aprovada em 1991/92.

O curso de Recuperação do Património Edificado reparte-se por seis áreas de intervenção: Cantarias, Metais, Estuques, Pintura Mural, Azulejaria e Madeiras, conferindo aos alunos uma formação técnica de nível 3, equivalente ao 12º ano. No ano lectivo de 1994/95, a Escola alargou a sua área de actuação, após aprovação pelo Ministério da Educação, com a criação de um novo curso na área de Recuperação de Jardins Históricos, cuja designação oficial é: Curso de Técnico de Gestão



Limpeza e conservação de cadeira indo-portuguesa Palácio da Pena

e Recuperação de Espaços Verdes, o qual confere a mesma qualificação que o anterior.

No entanto, as intervenções ao nível da recuperação do património edificado ou de jardins históricos são pontuais e, uma vez terminado o curso, os alunos podem ter dificuldade em encontrar um emprego. "Ainda não há, infelizmente, obras suficientes que consigam absorver todos os técnicos..." - lamenta Ana Xavier, directora da Escola - "Mas sou optimista, e acredito que os nossos jovens estão muito bem preparados, e

têm agressividade suficiente para se constituírem em empresa, para se lançarem no mercado de trabalho como profissionais liberais, ou mesmo para fazerem alguma manufactura". Foi precisamente o que aconteceu com um grupo de alunos que, ao terminarem o curso na área de metais, continuaram a trabalhar em restauro de estátuas, mas começaram também a fabricar obra nova em metal. Actualmente fazem candeeiros, castiçais e outras peças, nas oficinas cedidas pela Escola, para arranque de carreira. Ao contrário do que acontece na maioria das Escolas Profissionais, que adoptam a figura do estágio integrado numa empresa, após conclusão do curso, a Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra tem uma outra estratégia: já que existem ainda poucas empresas vocacionadas para a área de restauro, embora haja tendência para nascerem mais, a Escola adoptou o sistema de formação prática em contexto de trabalho. "É impossível ensinar restauro num atelier" – acrescenta Ana Xavier. Assim, através do estabelecimento de protocolos, a EPRPS tem vindo a ser solicitada por entidades públicas e privadas para prestação de serviços no âmbito das várias áreas que lecciona. "Devemos muito ao Dr. José Manuel Martins Carneiro, Director do Palácio da Pena, que desde a primeira hora nos apoiou, sabendo que os nossos técnicos docentes eram oriundos do Instituto José de Figueiredo, qualificados para acompanhar os alunos nos trabalhos" – sublinha a directora da Escola. A lista de intervenções é hoje bem vasta (ver caixa). Uma das mais importantes está a ser concluída na Charola do Convento de Cristo, em Tomar, para reintegração de pinturas manuelinas descobertas nos anos 70. Com o Curso Técnico de Gestão e Recuperação de Espaços Verdes, a EPRPS procura, mediante uma formação teórica e prática no âmbito das técnicas de jardinagem, dotar os alunos de uma preparação adequada, que lhes permita tomar contacto com a natureza, identificar as várias espécies vegetais, saber cuidar delas e inseri-las no espaço

Azulejaria

Ermida de Stº Amaro - Lisboa
Quinta da Ribafria - Sintra
Câmara Municipal de Viseu
Palácio da Pena - Sintra
Palácio Stº André - Lisboa
Palácio Fronteira - Lisboa
Palácio Marquês de Pombal - INA - Oeiras
Colégio Manuel Bernardes - Lisboa

Cantaria

Palácio Nacional de Mafra
Palácio Nacional de Queluz
Quinta da Ribafria - Sintra
Monumento Dr. Carlos Franca - Sintra
Monumento Dr. Gregório Lopes - Sintra
Casa Saloia - Sintra
Fonte da Pipa - Sintra
Pelourinho de Colares
Quinta de "Mont Fleun" - Sintra
Cruzeiro Morelena - Sintra
Busto "Gregório Lopes" - Sintra
Quinta da Regaleira - Sintra

Estuques

Palácio Valenças - Sintra
Convento de Cristo - Tomar
Palácio da Pena - Sintra
Igreja de Arrentela - Seixal

Madeiras

Palácio Nacional de Mafra
Palácio Nacional da Ajuda - Lisboa
Capela da Ulgueira
Capela Quinta da Penha Longa - Sintra
Museu dos Coches
Convento dos Cardaes - Lisboa
Igreja da Pena - Lisboa
Igreja das Salvas - Sines

Metais

Palácio Nacional de Mafra
Quinta da Ribafria - Sintra
Casa particular (R. Augusta) - Lisboa
Convento dos Capuchos - Sintra
Monumento Dr. Carlos Franca - Sintra
Monumento Dr. Gregório Lopes - Sintra
Palácio Fronteira - Lisboa
Busto "José da Costa Azevedo" - Sintra
Busto "Desiré Canbournac" - Sintra
Palácio Nacional da Ajuda - Lisboa
Mosteiro de S. Vicente de Fora - Lisboa
Palácio da Vila - Sintra
Quinta da Piedade - Sintra

Pintura Mural

Palácio de Ega - Lisboa
Igreja da Misericórdia - Cabeção
Esc. Secundária Patrício Prazeres - Lisboa
Igreja de S. Brás - Chamusca
Igreja de S. Francisco - Leiria

Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra

Intervenções práticas por área



próprio, tendo em conta o seu meio circundante, a sua funcionalidade e ambiência. Sob orientação de um técnico superior, os alunos podem fazer uma investigação ao nível bibliográfico, encontrar a filosofia e concepção de base de um jardim, e proceder à sua reconstrução. O objectivo é, igualmente, requalificar a profissão de jardineiro, que nos últimos anos caiu em desuso. *"Afim, os jardins de Monserrate foram feitos por jardineiros, e o Parque da Pena, sem jardineiros, não teria sido feito..."* – ironiza Ana Xavier. Os alunos do curso de Recuperação de Jardins Históricos desenvolveram trabalhos na Quinta da Regaleira, no Palácio da Vila, na Quinta de D. Duarte de Bragança, no Palácio de Queluz, no Jardim Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa e no Parque do Monteiro Mor, no Museu do Traje. O corpo docente da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra é constituído por técnicos de diversas áreas. Para os domínios sócio-cultural e científico (que inclui as disciplinas de Português, Língua Estrangeira, Área de Integração, História de Arte, Físico-Química, Matemática e Geometria Descritiva), a Escola recruta professores do ensino secundário em regime de acumulação, ou recém-licenciados à procura do primeiro emprego. Nas áreas tecnológicas e práticas, os alunos são orientados por técnicos com formação superior ou obtida no Instituto José de Figueiredo, e pelos chamados mestres – artesãos com décadas de experiência que, com grande conhecimento empírico, acabam por explicar as técnicas quase cientificamente. *"Aos alunos cabe o cruzamento dos dois tipos de informação"* – esclarece Ana Xavier.

Embora já comecem a surgir empresas de construção civil que integram técnicos formados em restauro, na generalidade verifica-se a inexistência de formação e materiais adequados para este tipo de serviço. *"Cada vez mais – reforça a directora da EPRPS – é necessário cruzar as formações dos vários técnicos fazendo convergir para um projecto concreto uma pluralidade de conhecimentos, desde a História de Arte aos materiais tradicionais"*. Foi o que sucedeu há dois anos, quando a Escola ganhou um

concurso para restauro de 20 mil azulejos do Palácio dos Marquês de Minas, propriedade da Misericórdia de Lisboa. Alguns dos painéis tinham que ser retirados, pois as salas iam sofrer obras de repavimentação, outros tinham que ser protegidos, para que a trepidação das máquinas não os fizesse saltar da parede. *"Trabalhámos muito bem com a Teixeira Duarte. Todas as semanas havia reunião de obra, para que os técnicos da empresa percebessem o que é que os jovens estavam a fazer, e em que fase tinham que articular trabalho. O processo resultou muito bem, e serve de exemplo para obras futuras"* – congratula-se Ana Xavier. A EPRPS tem funcionado em instalações provisórias, no Cacém, cedidas pela Câmara Municipal de Sintra, que é simultaneamente entidade promotora. Mas, com a evolução da Escola, tornou-se imperativa a aquisição de um espaço próprio, onde seja possível aglutinar os serviços administrativos, aulas teóricas e práticas. Em 1995, elaborou uma candidatura ao Concurso 2 do PRODEP, Medida 1 – Acção 1.3, para construção de infraestruturas.



Restauro de azulejaria
painel da Câmara Municipal de Viseu



Curso de Recuperação de Jardins Históricos
Jardins de Queluz

O projecto já foi aprovado, e o terreno cedido pela autarquia – só falta a luz verde do Ministério da Educação para o início das obras, que há três anos estavam orçadas em 200 mil contos. A nova escola ficará situada em Odrinhas, junto ao Museu Arqueológico. Os arquitectos responsáveis pelo projecto – Alberto Castro Nunes e António Maria Braga – foram também responsáveis pelo Complexo Museológico de Odrinhas, onde a Escola ficará integrada. A nova estrutura permitirá a articulação entre as aulas teóricas e práticas, *"o que hoje é conseguido com muito esforço, já que as actuais oficinas, alugadas pela Câmara, estão situadas em Cabriz, muito longe, portanto, das instalações da Escola"*. No novo edifício estarão também reunidas as condições para o avanço de novos projectos, nomeadamente a criação de uma empresa de restauro, associada a uma empresa de construção civil, e o retomar de uma valência já desenvolvida – cursos livres de restauro, em horário pós-laboral.

Edite Estrela

Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Sintra voltará a ter o esplendor de outrora

Sintra acolheu a Jornada sobre Prática de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, organizada pelo GECORPA. Um motivo mais que justificado para uma entrevista com Edite Estrela, Presidente da Edilidade e da Fundação Cultursintra.

Pedra & Cal - Que reflexos se fizeram sentir ao nível da conservação e restauro do Património Arquitectónico desde que, em 1995, Sintra foi declarada Património Mundial da UNESCO?

Edite Estrela - Os reflexos que essencialmente se fizeram sentir, mais do que práticos ou imediatos, foram ao nível da consciencialização das pessoas para a necessidade de preservar o Património que é de todos. Houve, desde a Classificação, em 1995, uma maior abertura de toda a comunidade em relação à questão do Património, as pessoas olham Sintra com outros olhos. Os próprios moradores da zona classificada estão muito sensibilizados e têm a preocupação de consultar os técnicos do Gabinete do Projecto de Recuperação do Centro Histórico de Sintra sempre que têm necessidade de proceder a alguma obra nas suas casas. Por outro lado, a classificação de Sintra como Património da Humanidade veio facilitar a captação de verbas e fundos comunitários para a realização de investimentos que há muito eram necessários.

P&C - Esta classificação trouxe condicionalismos à intervenção da autarquia sobre o Património construído?

EE - A Classificação de Sintra não trouxe propriamente condicionalismos, entendidos como regras e normas fixas a cumprir, até porque a UNESCO, quando classifica determinado



Monumento, Centro Histórico ou Paisagem como Património da Humanidade, fá-lo por diferentes motivos. Ou pelo Património Natural ou pelo Património Edificado, ou mais raramente pela conjugação de ambos, caso de Sintra. O que nos trouxe foram responsabilidades acrescidas na defesa e preservação de toda a zona classificada e sua envolvente.



mais um importante instrumento institucional de afirmação e divulgação cultural. Ciente de que a classificação de Património Mundial atribuído pela UNESCO a Sintra, sendo um motivo de orgulho para todos nós, representa também o reconhecimento de responsabilidades acrescidas na conservação, na expansão e na fruição do património histórico e

"Ponto de confluência entre a História e o Mito, a Quinta da Regaleira ocupa um lugar único na identidade cultural da tradição mítica portuguesa e do revivalismo romântico sintrense".

P&C - Quais os projectos prioritários da autarquia no campo da conservação e restauro do Património?

EE - Encarando o Património como um todo e não como um ou vários edifícios isolados, o que Sintra tem é um Plano Global, um Projecto Integrado de conservação e restauro do Património. A Vila da Sintra é encarada no seu conjunto e para pôr em prática a sua preservação foi definido o Programa Integrado de Reabilitação e Valorização do Centro Histórico, que se compõe de treze capítulos cada um deles dizendo respeito a uma área específica. Além disso existe uma Divisão do Património Histórico-Cultural que sempre que necessário e em articulação com outras instituições, tem como funções fazer o levantamento de todo o Património concelhio e de apresentar propostas conducentes à sua conservação e valorização. Trata-se nomeadamente do Património Arqueológico, Histórico-Artístico, Etnográfico e Arquivístico.

P&C - Como surgiu a necessidade da criação da Fundação Cultursintra?

EE - Com a formação da Fundação Cultursintra, criou o Município

cultural do Concelho, decidiu o Município promover a criação de uma Fundação de direito na qual



"Um dos objectivos prioritários do Município tem sido o de lançar programas de conservação, beneficiação e correcção de edifícios antigos, municipais e privados".

pudessem participar os vários agentes culturais e económicos da sociedade civil - individualidades, instituições, empresas - no esforço do desenvolvimento dos valores e das actividades culturais do nosso Concelho. Numa época de rápidas mudanças e trocas sociais, tanto no plano da economia como no plano da informação, o Concelho precisa de se manter aberto ao mundo, acolhendo e difundindo experiências artísticas de outras localidades e de outros povos, enriquecendo assim a vivência cultural dos munícipes. Pode, simultaneamente, aprofundar os meios de divulgação no exterior da enorme riqueza histórica, patrimonial e tradicional da região, de modo a preservar e partilhar a singularidade do modo de ser sintrense. Sendo uma iniciativa do Município, a Fundação Cultursintra não dispensa o valioso contributo da sociedade civil, a todos os níveis de participação. A Fundação Cultursintra tem a sua sede social na Quinta da Regaleira, onde desenvolve um plano de actividades que visa assegurar o restauro e a recuperação patrimonial dos jardins e dos edifícios da Quinta, bem como programar eventos de natureza cultural que façam da Regaleira um espaço privilegiado de reconhecimento histórico e lúdico.

P&C - Qual o papel que a Fundação Cultursintra desempenha no processo de recuperação da Quinta da Regaleira?

EE - Ponto de confluência entre a História e o Mito, a Quinta da Regaleira ocupa um lugar único na identidade cultural da tradição mítica portuguesa e do revivalismo romântico sintrense. No cumprimento do Plano de Actividades para este ano, a Fundação Cultursintra continua a dar prioridade às intervenções na Quinta da Regaleira, na sequência da sua abertura ao público, ocorrida em Junho deste ano e que está a constituir um assinalável êxito de popularidade. A colaboração da Comissão Consultiva da Regaleira, composta por técnicos altamente qualificados do projecto de Recuperação do Centro Histórico de Sintra, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do Instituto Português da Património Arquitectónico e

Arqueológico e da Associação de Defesa do Património de Sintra contribui para assegurar o nível das várias intervenções que este ano foram contempladas com o Primeiro Prémio Nacional do Património Histórico, concedido pela Ford Portuguesa à candidatura que a Cultursintra apresentou tendo por fundamento o projecto de conservação, recuperação e dinamização cultural da Quinta da Regaleira. A Fundação Cultursintra, classificada como instituição de utilidade pública, coordena o plano global de recuperação da Regaleira e, em simultâneo, desenvolve um plano anual de actividades culturais que visa transformar a Regaleira num local privilegiado de convívio e de cultura.

P&C - Quais os projectos da Câmara Municipal para rentabilizar, quer em termos culturais, quer económicos, o investimento feito na Quinta da Regaleira?

EE - A rentabilidade económica não

■ ■

"Houve, desde a Classificação, em 1995, uma maior abertura de toda a comunidade em relação à questão do Património, as pessoas olham Sintra com outros olhos."

■ ■

pode ser equiparada à rentabilidade cultural, na medida em que esta deve ser enquadrada em termos mais gerais de serviço público. Pela sua natureza jurídica, a Fundação Cultursintra não tem fins lucrativos. Todas estas actividades que desenvolve ao nível da exploração turística da Quinta da Regaleira e

ao nível da angariação de fundos, quer junto de mecenas empresariais, quer solicitando patrocínios e apoios institucionais, visam ampliar os meios financeiros de participação colectiva nos custos das obras de recuperação da Regaleira. Embora a rentabilização económica da Quinta da Regaleira também seja um objectivo prioritário da Câmara Municipal de Sintra, é preciso, antes de mais, assegurar a conservação da sua riqueza patrimonial e histórica.

P&C - Tem havido intervenção da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra em algumas obras importantes, não só em Sintra, como noutros pontos do país. Sendo a Câmara Municipal a promotora desta Escola, que importância atribui à sua existência no Concelho?

EE - A Escola Profissional de Recuperação do Património tem-se vindo a afirmar dentro e fora do Concelho, já há alguns anos. Tem



dados passos pequenos e seguros e em grande parte a sua fama foi-lhe granjeada, primeiro fora do concelho e só depois reconhecida internamente. Contudo os trabalhos realizados no Concelho contribuíram para a divulgação e aceitação da Escola, por parte da população. Trabalhos como o restauro e limpeza da Fonte da Pipa, do Monumento do Dr. Carlos França, o Busto "Desidério Cambournac", o Pelourinho de Colares, ou mais recentemente, os restauros efectuados na Quinta da Regaleira, aqui na dupla vertente de recuperação de parte do jardim e conservação das Estátuas do Patamar dos Deuses. Mas o primeiro monumento a acolher os nossos jovens alunos foi o Palácio da Pena, permitindo a limpeza e restauro de azulejos, devidamente acompanhados por docentes da

"A Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra permitiu aquilo a que chamo a democratização do conceito "Recuperação do Património"



a dignidade que merecem, seja uma Casa Saloia ou um Palácio Nacional. **P&C - O Palacete e os Jardins de Monserrate estão a ser ou vão ser alvo de alguma intervenção por parte da autarquia?**

EE - O Palacete e os Jardins de Monserrate estão a ser alvo de uma intervenção, mas por parte do IPPAR

caminho.

Um dos objectivos prioritários do Município tem sido o de lançar programas de conservação, beneficiação e correcção de edifícios antigos, municipais e privados. De entre os municipais gostaria de salientar o investimento que foi feito na adaptação do edifício dos Bombeiros da Vila Velha a Museu do Brinquedo, da recuperação da Casa Mantero a Biblioteca Municipal e do Cine-Teatro Carlos Manuel a Teatro e espaço polivalente, assim como do antigo Casino, adaptado a Museu de Arte Moderna. Ainda nos imóveis municipais temos as obras de beneficiação do centenário Mercado da Vila Velha.

Nos edifícios não municipais, pretende-se relançar os Programas RECRUA e CORESINTRA, este último da exclusiva responsabilidade do Município, numa iniciativa que visa essencialmente intervir nos exteriores dos imóveis do Centro Histórico, restituindo-os à sua linguagem arquitectónica original.

Mas num Município que conta pelas centenas os imóveis de interesse Histórico-Artístico e Arquitectónico e que pertencem quer a particulares quer ao Estado ou à Autarquia, compreende-se que nem todos poderão ser tratados em simultâneo. Como costume dizer, perante o que falta fazer, gostaria de ter uma varinha de condão para, rapidamente, recuperar este concelho único que, infelizmente, foi tão mal tratado ao longo de décadas.

Mas e a terminar, penso que estamos no caminho certo e, dentro de poucos anos, Sintra voltará a ter o esplendor de outrora.



"A Classificação de Sintra como Património da Humanidade veio facilitar a captação de verbas e fundos comunitários, para a realização de investimentos que há muito eram necessários".

Escola. Quanto à importância que a Câmara atribui à sua existência no concelho, há um aspecto muito importante que gostaria de frisar: a existência da Escola permitiu aquilo a que chamo a democratização do conceito "Recuperação do Património". Isto é, durante muito tempo o conceito de Património para a maioria dos cidadãos estava directamente relacionado a elites sociais e culturais. Escolas como a nossa contribuíram para a difusão da ideia da preservação de bens móveis ou imóveis que estejam directamente ligados à nossa cultura, à nossa ancestralidade, bem como o "dever" de cuidar desses bens e conferir-lhes

e do Parque Natural Sintra Cascais, entidades responsáveis por aquele espaço.

No entanto, e a exemplo de outras situações, a CMS tem acompanhado de perto os trabalhos, de forma a que a recuperação em curso seja digna dos pergaminhos daquele local e de Sintra Património Mundial.

P&C - Como classifica o actual estado de conservação do Património Arquitectónico de Sintra?

EE - Quanto a esta questão, o Município tudo tem feito para que o Património Arquitectónico de Sintra seja preservado da melhor forma para as gerações futuras, e podemos dizer que neste momento estamos no bom

Recuperação do Centro Histórico do Porto: obras a decorrer a bom ritmo



Autenticidade. Palavra-chave que surge no preâmbulo da Carta de Veneza, ao abordar o dever que representa para a Humanidade a transmissão, às futuras gerações, das obras monumentais “em toda a riqueza da sua autenticidade”. Mas o desafio que se coloca é o de encontrar a melhor forma de evidenciar com actualidade, a integridade dos valores expressos pelo património. E é este o desafio colocado à equipa que hoje recupera o Centro Histórico do Porto – um aglomerado urbano de grande valor histórico, arquitectónico, artístico e cultural, confinado, na sua maior parte, à linha de muralhas do séc. XIV. Uma zona que resulta de um processo histórico com cerca de três mil anos, comprovado por inúmeros acontecimentos urbanísticos que se somam ao longo dos séculos, numa cadeia contínua de sucessos e desaires.

Ao longo do séc. XX, a cidade do Porto sofreu, gradualmente, alterações na sua estrutura económica e social. De cidade industrial dos finais do século passado, transformou-se numa urbe essencialmente de serviços. As grandes alterações funcionais e sociais remeteram o Centro Histórico para um processo de abandono por parte das classes sociais capazes de o manter e de o preservar. Os imóveis abandonados pelas abastadas famílias burguesas e de mercadores, que optaram pela

periferia, deixaram de ser edifícios unifamiliares, para passarem a autênticas "colmeias humanas", onde viviam várias famílias por piso. No processo de sobreocupação aparece o inquilino que subaluga os pequenos espaços, e enquanto recebe elevadas somas dos moradores, paga geralmente pouco aos senhorios. Em edifícios onde, após a recuperação, foi possível realizar uma dúzia de habitações, viviam em muitos casos mais de 300 pessoas. Moralmente, deixou de haver força para impôr aos proprietários obras de conservação e a responsabilidade da manutenção dos imóveis diluiu-se. Entre outros factores, as grandes obras de Engenharia do Ferro, como a Ponte D. Maria e a Ponte D. Luís, contribuíram também para o isolamento da zona ribeirinha.

E deu-se início ao lento processo de decadência da Zona Histórica, hoje Património da Humanidade...

Em consequência da degradação física e social que sofreu, sobretudo nos últimos cem anos, nos edifícios habitacionais e nos espaços públicos, o Centro Histórico do Porto correu o risco de eliminação, quer pela ruína mais ou menos consentida, quer pela demolição decretada em épocas em que o património das cidades era menosprezado face às necessidades



Praça da Ribeira antes e após as obras de renovação de 1981

de modernização, e em que a "tentação monumentalista" insistia em demolir a envolvente de edifícios notáveis para lhes dar

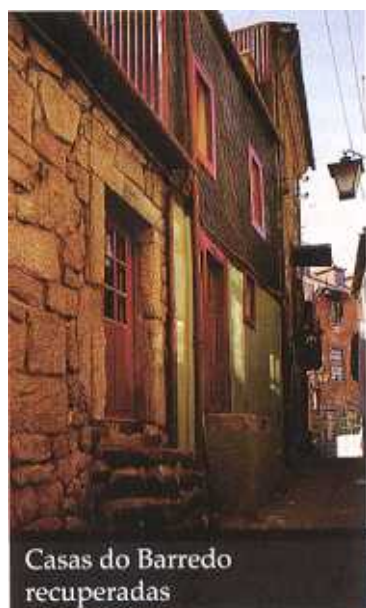
maior exposição. A classificação de insalubre, intransitável e periférico colocaram o Centro Histórico na mira dos demolidores, nos anos 40 a 60.

Mas, em 1974, nasceu uma instituição que assumiu a condução do projecto de salvaguarda do Centro Histórico do Porto – o CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira - Barredo). Onze anos mais tarde, passou a Projecto Municipal, responsável pela recuperação de habitações onde são alojados agregados familiares e pelo arranjo e reanimação do espaço urbano. (ver caixa). O caminho prudente e a lógica de intervenção por pequenos passos, tendo em conta a especificidade de cada caso, permitiram ao CRUARB uma progressiva percepção das questões envolvidas no processo de recuperação, correndo o risco então de a intervenção ser mais morosa.

O Centro Histórico do Porto, sob o ponto de vista da sua preservação,

Barredo

Essencialmente, o que distingue esta área é o esforço já feito no passado para recuperar e impedir o avanço da degradação. Aqui a operação já abrange cerca de 50% dos edifícios.



Casas do Barredo recuperadas



Muro da Ribeira e Bairro da Lada (renovado)

abrange hoje três áreas distintas: Ribeira/Barredo (Freguesia de S. Nicolau), Freguesia da Sé, e freguesias de Miragaia e da Vitória. Essencialmente, o que distingue estas áreas é o esforço já feito no passado para recuperar e impedir o avanço da degradação, muito mais visível na área da Ribeira/Barredo do que nas restantes. Enquanto aqui a operação já abrange cerca de 50% dos edifícios, nas restantes áreas a operação é mais recente. Em Miragaia e Vitória os edifícios em ruínas, ou muito degradados, preenchem certas manchas de expressão relativamente pequena, enquanto que no bairro da Sé são quarteirões inteiros que se encontram num processo avançado de colapso, associado a um tecido social também debilitado.

A realização no edifício da Alfândega da Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado, em Outubro de 1998, foi o motivo para concentrar este ano em Miragaia um grande conjunto de projectos que, apesar de estarem previstos, foram

O CRUARB é o organismo da Câmara Municipal do Porto responsável pela preservação e conservação do Centro Histórico do Porto. Foi criado por despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, de 28 de Setembro de 1974, nos termos do Decreto-Lei nº 315/74. Em 28 de Novembro de 1985, por deliberação do Executivo da Câmara Municipal do Porto e de acordo com o disposto no Artº 3º alínea c) do D.L. 116/84, de 6 de Abril, passou a constituir-se como Projecto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto, deliberação que foi homologada pela Assembleia Municipal do Porto em 18 de Dezembro de 1985. O CRUARB é um serviço do Município, dirigido por um Director de Serviços, directamente responsável perante o Vereador do Pelouro do Urbanismo e da Reabilitação Urbana. É de notar a complexidade do trabalho do CRUARB, não só na realização dos projectos de arquitectura, mas também na engenharia, na gestão e ampliação do parque habitacional, na resolução de problemas sociais graves e na distribuição equilibrada dos serviços prestados à população.

Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira/Barredo - Projecto Municipal (CRUARB)



necessariamente acelerados. O que está hoje em obras já faz parte também do conjunto de espaços de cultura que o Porto irá apresentar à Europa no ano 2001,

juntamente com Roterdão.

A actuação do CRUARB, embora se possa classificar como predominantemente física, incluiu sempre uma importante componente



social, equilibrando o que deve ser o bom entendimento da recuperação urbana, por integração das duas valências. Porém, a maturidade do processo reclamou um esforço integrador, que permitisse uma abordagem mais consentânea com as metodologias de intervenção social mais actuais. Foi essa a principal motivação para a criação, em 1990, da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ver caixa), cujo âmbito de actuação abrange as freguesias da Sé, S. Nicolau, Miragaia e Vitória, onde residem cerca de 21 mil pessoas. Globalmente, a finalidade da acção da Fundação é contribuir para a melhoria das condições de vida da população, para a valorização do Centro Histórico e para o desenvolvimento local, embora também se envolva em intervenções de tipo físico. Apesar de as tarefas de reabilitação social consumirem mais tempo e atenção, a FDZHP também se ocupa com a aquisição de edifícios degradados e promove a sua reconstrução. No entanto, fá-lo para neles acolher equipamentos de carácter social que identificou como necessários na área (lares de idosos, cozinhas para o fornecimento de refeições, lavandarias colectivas, creches), e para realojar famílias carentes, em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelo mercado. A filosofia de actuação da Fundação baseia-se na convicção de que a degradação do edificado é apenas uma das manifestações mais visíveis de uma teia complexa de problemas económicos e sociais. A recuperação física dos imóveis é tão importante como o combate às causas da própria degradação, em especial as que resultam da precariedade económica e da exclusão social. Apesar de muito ainda estar por reconstruir, o objectivo é desencadear um processo que avance por si só, criando uma "massa crítica de intervenção pública", capaz de atrair outros agentes, públicos e privados, incentivando dessa forma um processo sustentável, que se desenvolva dentro de padrões preestabelecidos, urbanística e socialmente correctos.

A Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto é uma instituição privada de utilidade pública, sem fins lucrativos. Foi constituída em 19 de Dezembro de 1990 e iniciou a sua actividade a 1 de Fevereiro do ano seguinte.

Constituída por um Conselho Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, a Fundação foi instituída pela Câmara Municipal do Porto, pelo Comissariado Regional do Norte de Luta contra a Pobreza, pelo Centro Regional de Segurança Social do Porto, pela União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Para além destas instituições, pertencem também à Fundação e estão representadas no seu Conselho Geral as seguintes entidades: as Juntas das Freguesias da Sé, Vitória, Miragaia e S. Nicolau; as Instituições Particulares de Solidariedade Social sediadas nas freguesias do Centro Histórico; as Associações Recreativas e Desportivas (um representante por freguesia); a Administração Regional de Saúde do Porto e a Comissão de Coordenação da Região Norte.

As suas principais receitas resultam de transferências do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, através do Comissariado Regional de Luta contra a Pobreza, da Autarquia e de outros Organismos Oficiais. Tem beneficiado também de fundos da Comissão Europeia no âmbito de programas comunitários, com destaque para o Pobreza 3, Now, Horizon, Euroform e Integrar.

Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP)



Casas do Barredo
(antes e após a renovação)



Após sismo nos Açores

Reconstruir e diminuir o risco de utilização

Três meses depois de a terra tremer e ter deixado um rasto de destruição pelas ilhas do Pico e do Faial na sequência de um sismo de média magnitude, cujo epicentro foi registado junto ao Farol da Ribeirinha, e que afectou essencialmente as zonas rurais e mais tenuamente a cidade da Horta, é tempo de delinear e aplicar planos de reconstrução.

Para o efeito, foi criado o Centro de Promoção de Reconstrução (CPR) - dependente da Secretaria Regional da Habitação e Equipamento, instalado na ilha do Faial. Este organismo contará com a colaboração técnica de uma vasta equipa, composta por representantes do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), do Laboratório Regional de Engenharia dos Açores e do Instituto Superior Técnico, que estabeleceu as regras gerais de reabilitação.

Sob a orientação do Eng^o Eduardo Cansado Carvalho, Chefe do Centro de Estudos e Equipamentos de Engenharia Sísmica do LNEC, foi



Igreja das Angústias (Horta) encerrada ao culto. Apresenta danos importantes, alguns na sequência do sismo da década de 20, agora agravados



Construção tradicional na povoação de Pedro Miguel após o sismo

determinado um plano de intervenção dirigido a edifícios correntes de habitação, tanto nas zonas rurais, como urbanas, orientado sob três diferentes níveis de aplicação, de acordo com o grau de lesões que

as várias estruturas apresentam. Um conjunto de medidas gerais, necessariamente concertadas com a legislação em vigor no que respeita às regras de segurança dos projectos de construção e sustentadas institucionalmente pelas directivas do Governo Regional, que não pode descuidar os factores de índole social, já que a percentagem de destruição nas casas de construção tradicional antigas atingiu quase os 100%. Nas zonas rurais, as construções caracterizam-se por concepções de baixa tecnicidade, sem acompanhamento, não tendo sido considerados os elementares princípios de segurança. Denota-se a ausência de estruturas de travamento ou amortecimento, o que as torna gradualmente mais frágeis e susceptíveis às frequentes

vibrações sísmicas, característica natural do arquipélago açoriano, acabando por não oferecer qualquer capacidade de resistência e, por consequência, desmoronar, sobrando apenas um quadro de escombros.

De acordo com Eduardo Cansado Carvalho "importa avaliar as condições das construções mais antigas, demolir no caso de não satisfazerem os parâmetros mínimos e reconstruir, tendo sempre por base diminuir o risco da sua utilização".

Já nas construções mais modernas a intensidade dos estragos foi francamente menor, devido à existência de alguns elementos de travamento estrutural, não se registando sequer fendas na maioria dos casos, o que elucida de facto que há uma diferença substancial de comportamento entre

as construções antigas e as construções mais modernas, evolução natural face aos ensinamentos da engenharia sísmica nos últimos 50 anos.

Concretamente na Horta, os danos são moderados a "olho nu", mas os levantamentos que se fizeram posteriormente ao sismo, no interior das habitações, mostram que há danos efectivos, que é preciso agora reparar, procurando as metodologias certas a utilizar. Isto verifica-se principalmente, e mais uma vez, ao nível das construções mais antigas, com paredes mais frágeis, quase sem argamassa, que na sequência de uma leve agitação sísmica se desagregam com facilidade, apesar de na cidade, mais distante da zona onde foi registado o epicentro, as construções urbanas mais antigas apresentarem outras características. São edifícios um pouco mais altos (até 4 pisos), que já tinham sido afectados pelo sismo do Faial na década de 20, e que pela ausência de medidas de reparação ou reforço à posteriori, deixaram agora expostas lesões estruturais, que nalguns casos até se agravaram.

Nas edificações modernas, cujos projectos são concebidos e homologados ao abrigo de legislação em vigor há já 15 anos, o comportamento foi substancialmente melhor, pois são estruturas correntes, relativamente simples, em betão armado, e que não ultrapassam os 5 pisos.

No que concerne a monumentos ou edificações de valor patrimonial, são essencialmente as igrejas, de menor porte do que as que existiam na Ilha Terceira e Angra do Heroísmo muito afectadas aquando do sismo de 1980, que denotam problemas típicos: fissuras nas torres; os arcos tendem a abrir por

perda de capacidade de resistir ao impulso horizontal; movimentos nas fundações, pois são estruturas pesadas; para além de que algumas delas já apresentavam lesões do sismo do princípio do século, agora

sua função, limitando a danificação das naves e das torres das igrejas.

Há, pois, que estabelecer normas de estabilização global das estruturas, privilegiando a utilização de elementos de travamento metálicos em detrimento do betão (de característica não-reversível), já que na questão das intervenções em monumentos, a preservação da estrutura original faz parte integrante dos princípios básicos da conservação e restauro do património arquitectónico. Outra vertente de actuação, nestes casos, será recorrer a técnicas indutoras da dissipação de energias, aduzindo às estruturas a capacidade de amortecimento e de absorção da excitação dinâmica e violenta imposta pelo sismo.

Eduardo Cansado Carvalho revela ainda que em situações limite poderá recorrer-se a um processo - que neste caso não se justificará - designado por isolamento de base, que consiste em transportar as estruturas de base do edifício, sustentando-as sobre rolamentos, protegendo solidamente toda a construção das vibrações tectónicas. É o Chefe do Centro de Estudos e Equipamento de Engenharia Sísmica do LNEC quem opina ainda que é cada vez mais premente uma postura de cariz preventivo, sublinhando a título de exemplo que, com o apoio da Fundação de Ciências e Tecnologia, se prevê iniciar a curto prazo um

projecto de investigação para os próximos dois anos e meio, tendo em vista interpretar o comportamento das construções da zona mais antiga da cidade de Lisboa, de forma a providenciar a sua protecção e anular o risco que lhes está associado.



Igreja de Castelo Branco (Faial) - Elemento de atiramento aplicado após o sismo da década de 20



Igreja de Castelo Branco (Faial) - Queda dos elementos decorativos superiores devido a insuficiência do perne de fixação

acentuadas.

No entanto, casos há em que se encontram sinais claros de intervenções de reforço, nomeadamente introdução de elementos de cintamento metálicos, amarração ou atirantamento, e que aparentemente cumpriram com a

Vítor Córias e Silva

Presidente do GECORPA

Há muito por fazer na área do património arquitectónico

V

Vítor Córias e Silva, 55 anos, Engenheiro Civil, é o presidente do GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico.

O GECORPA, as empresas, e o presente e futuro do sector, constituem as "pedras base" da entrevista que se segue.

Pedra & Cal - Qual é o objectivo da existência do GECORPA ?

Vítor Córias e Silva - Fundamentalmente, valorizar o papel das empresas que exercem actividade relacionada com a conservação e restauro do património arquitectónico. Tendo em conta as limitações do próprio país, sobretudo se em comparação com outros países europeus, nomeadamente do norte da Europa, existe um conjunto de insuficiências que é necessário combater e ultrapassar.

P&C - De que forma ?

VCS - Uma primeira forma de actuação será através de acções de formação que contribuam para que, a todos os níveis, o potencial humano das empresas seja o mais bem aproveitado possível.

É preciso ter em conta que a preocupação com o património arquitectónico é uma coisa nova, adquirida há relativamente pouco tempo.

Por exemplo, o grande Coliseu de Roma, um dos paradigmas do património da própria humanidade, só teve as primeiras intervenções de restauro no século passado. Em Portugal, as primeiras vozes que se levantaram em defesa do património foram as de Ramalho Ortigão e Alexandre Herculano.

P&C - Passou entretanto muito tempo. Como é hoje em Portugal ?

VCS - A sociedade, de uma forma geral, já tomou consciência de que esse património existe e é algo de



muito importante que tem que ser preservado para as futuras gerações. Preservar, para travar o processo de deterioração, e restaurar, para devolver as formas e o aspecto de uma determinada época.

P&C - A intervenção das empresas nesse processo é, portanto, de grande responsabilidade. Há garantias quanto à capacidade das intervenções ?

VCS - Essa é uma questão muito pertinente. Na verdade, não é possível caminhar em direcção à excelência nas intervenções de conservação e restauro, sem que haja uma cuidada selecção das empresas.

Por mais especialistas, cientistas e catedráticos que existam, as intervenções são feitas através de empresas, e tem que haver certezas quanto à competência destas para intervir.

P&C - Mas, insisto. É possível ter garantias ?

VCS - Neste momento existe a legislação sobre alvarás. O Decreto-Lei 100/88 regula a concessão de "certificados" que são, ao mesmo tempo, atestados de competência autorizações para as empresas operarem naquela área.

Se a legislação fosse cumprida, as coisas estariam razoavelmente bem. Acontece que não é totalmente cumprida pois há uma grande permissividade quer na concessão, quer no acompanhamento e

revalidação, de que resulta o aparecimento de empresas que não possuem a necessária competência. Penso que o GECORPA tem um importante papel a desempenhar nesse contexto e pode, senão ele próprio funcionar como entidade qualificadora, pelo menos, colaborar com a comissão que existe neste momento, com vista a uma maior fiabilidade da qualificação.

P&C - E essa posição do GECORPA já chegou a quem de direito ?

VCS - Enviámos recentemente uma carta para a entidade que atribui os alvarás, a Comissão de Mercados de Obras Públicas e Particulares, na qual nos disponibilizamos para dar o nosso contributo, quer no quadro do actual sistema, quer na revisão dessa mesma legislação, que está em curso. Estou convicto que o conhecimento aprofundado que possuímos nesta matéria será aproveitado.

P&C - Até que ponto o mercado, em particular das obras públicas, exige esses alvarás ?

VCS - À face da lei, quando se abre um concurso para intervenções nesta área, os donos de obra devem exigir os alvarás. E fazem-no. Mas face ao deficiente funcionamento do sistema, têm de ir mais longe, substituindo-se à comissão, no sentido de terem garantias de tais qualificações. Ou seja, pedem nos processos de concurso que as empresas entreguem documentação que prove



"Preservar, para travar o processo de deterioração e restaurar, para devolver as formas e o aspecto de uma determinada época."



"Não é possível caminhar em direcção à excelência nas intervenções de conservação e restauro sem que haja uma cuidada selecção das empresas."



coisas que estas já deviam ter provado à comissão.

P&C - Há muitas empresas sem condições para actuar nesta área?

VCS - Há de facto, um grande aventureirismo.

P&C - É uma situação preocupante?

VCS - Sim. Sem dúvida. Até porque o sistema de alvarás, tal como existe, quase que ignora, na prática, este sector.

Os monumentos e o património arquitectónico estão contemplados no actual sistema de alvarás, numa categoria denominada "edifícios e monumentos", na qual aparecem diversas subcategorias. Os monumentos nacionais aparecem como uma de entre 15 subcategorias, em paralelo com coisas como estruturas de betão armado ou pré-esforçado, estruturas metálicas ou

metalizadas, trabalhos em alvenaria, caixilharia de perfis de alumínio e vidros. Isto é, ao mesmo nível de importância.

Há, efectivamente, um desajustamento do sistema de alvarás, que se presta ao referido aventureirismo e oportunismo, de empresas sem qualificação para operar nesta área.

P&C - Há alguma intervenção comunitária ao nível da legislação?

VCS - A forma como é feita a qualificação das empresas que operam na área do património arquitectónico em toda a Europa é extremamente variada. Não há uniformidade, de acordo com um relatório do Conselho da Europa sobre as práticas de 27 países europeus, a que tive acesso.

O Conselho da Europa tem feito alguma coisa com vista à existência de uma entidade reguladora.

A Associação Europeia das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico (AEERPA), está a desenvolver um trabalho, em colaboração com o Conselho da Europa, no sentido de se caminhar para uma uniformidade da legislação. O próprio CEN - Comité Européen de Normalisation também desenvolve esforços nesse sentido.

P&C - Estamos afinal, a falar de que empresas?

VCS - O universo de empresas a que o GECORPA se dirige, excede as que se dedicam exclusivamente à conservação e restauro do património arquitectónico.

Eu diria que há um grupo de 50 a uma centena de empresas, que constitui como que um núcleo central daquela que pode ser considerada a parte mais nobre do sector, que é a conservação e restauro do património arquitectónico. São empresas que têm uma estrutura que lhes permite funcionar como empreiteiros gerais. Mas há também as que se especializam em determinadas tarefas muito específicas como o restauro de peças escultóricas, pintura mural ou fresco ou, mesmo, o vitral.

São empresas que executam trabalhos de menor dimensão e orçamento, com uma actividade que não exige o mesmo tipo de

alvará, embora possam ter uma classificação diferente. Pela importância de que se revestem, nós pretendemos que venham a aderir ao GECORPA.

Depois, há um conjunto circundante deste chamado núcleo central, constituído pelas empresas que se dedicam à renovação urbana, ou se quisermos, à reabilitação em geral. São empresas que actuam em construções já existentes, construções antigas e



"Há património inventariado, cujo estado se conhece, mas sobre o qual não existe informação de base que permita projectar as intervenções necessárias"

bairros históricos, ou seja, património arquitectónico não classificado. Também estas são potenciais associadas do nosso Grémio.

P&C - O universo de actuação do GECORPA é então esse?

VCS - Sim, mas não só.

É preciso não esquecer os gabinetes de estudos de Arquitectura e Engenharia especificamente vocacionados para esta área que, como acontece nas

empresas já referidas, devem fazer prova de conhecimentos e competências apropriadas, no que toca à elaboração de projectos.

A obrigatoriedade de qualificação destes gabinetes é outro dos objectivos do GECORPA, o que vai ao encontro dos próprios profissionais desta área. Mas há ainda as empresas, a maior parte multinacionais, que se dedicam ao desenvolvimento de materiais próprios para utilização

VCS - Temos ainda muito por fazer. A começar pela necessidade de inventariar, pois não podemos salvaguardar o que nem sabemos que existe. Reconheço que a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais tem feito um grande esforço de inventariação. Mas, de facto, é urgente fazer um reconhecimento, uma descrição e estabelecer prioridades quanto ao risco de perda do património, por forma a

Por outro lado, há património inventariado, cujo estado se conhece, mas sobre o qual não existe informação de base que permita projectar as intervenções necessárias.

Se tivéssemos recursos financeiros suficientes para actuar de acordo com as necessidades, verificar-se-ia que não existiam projectos em condições de avançar. É o que é mais grave é saber-se de serviços com responsabilidades nesta área



"Estamos a falar de um sector que representa 30 milhões de contos/ano de obras da conservação e restauro adjudicadas, mais cerca de 180 milhões de contos/ano de reabilitação de edifícios"

nestas actividades.

P&C - E qual é então a realidade actual do GECORPA em termos de associados ?

VCS - Até agora as nossas atenções foram canalizadas para as empresas que actuam em património classificado, pois é aí que as consequências de uma intervenção defeituosa podem ser desastrosas.

Mas existe, face ao que lhe apresentei, um enorme potencial de empresas que podem aderir ao nosso Grémio.

É preciso ter em conta que estamos a falar de um sector que representa 30 milhões de contos/ano de obras de conservação e restauro, adjudicadas, e cerca de 180 milhões de contos/ano de reabilitação de edifícios, para lhe dar apenas estes dois exemplos.

P&C - Como está o património em Portugal ?

que os fundos disponíveis possam responder prioritariamente às situações de maior urgência.

que não conseguem utilizar a totalidade dos seus orçamentos, por não terem projectos credíveis em carteira.

P&C - Existe classificação para o património ?

VCS - Sim. Em Portugal existem três categorias de património arquitectónico: Os monumentos nacionais, os imóveis de interesse público e os valores concelhios.

As unidades que foram objecto dessa classificação, constituem actualmente o património arquitectónico propriamente dito. Mas, depois, há o património construído que também tem valor arquitectónico e apresenta condições para ser classificado.

Em Portugal há cerca de 3300 unidades classificadas, mas há umas 7000 que reúnem condições e que, mais cedo ou mais tarde, também serão classificadas.



"Reconheço que a DGEMN tem feito um grande esforço de inventariação"

Com duração de dois anos

Obras na Igreja da Cartuxa estão concluídas



Em Évora, integrada no convento da Ordem Cartusiana, a Igreja da Cartuxa ou de Nossa Senhora Scala Coeli, foi alvo de uma intervenção de restauro, apoiada pela Comunidade Europeia.



A candidatura ao programa comunitário de apoio a Projectos Piloto de Conservação do Património Arquitectónico Europeu foi uma das 100 seleccionadas entre um total de 2004 apresentadas. Os 50 mil ecus concedidos, apenas

cobriram uma parte dos 120 mil contos do custo total da obra, sendo a diferença suportada pela Fundação Eugénio de Almeida, actual proprietária do convento e pelo Estado Português.

É visível e perfeitamente justificado, o orgulho manifestado pelo Arquitecto Fernando Pinto, quanto ao facto deste projecto ter sido apoiado com o valor máximo previsto, reflexo óbvio da qualidade do projecto apresentado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos do Sul.

Mas para o director deste serviço, igualmente importante é o facto de a intervenção efectuada ser *"um trabalho notável"* a corresponder às expectativas. No final da obra, que durou cerca de dois anos, *"a maior parte daquilo que foi feito não se vê, que é o que deve acontecer em obras de*



restauro quando são bem feitas", refere Fernando Pinto acrescentando com ênfase *"a esse nível, esta é uma obra irrepreensível"*.

Os trabalhos de limpeza e restauro das pedras, devolveram à fachada da igreja da Cartuxa uma imponência própria, que a luminosidade do sol do Alentejo em muito beneficia, propiciando, na zona de entrada do convento, uma imagem de grande força visual. Uma admiração reforçada quando se verifica a impossibilidade de transpor o portão de ferro trabalhado, imposta pelas regras deste convento, de clausura. Regras aliás, raríssimas vezes quebradas.

As obras, incluíram diversos trabalhos de construção civil, como as reparações do telhado, que já em 1989 tinha sido

reparado, bem como a aplicação de novos rebocos e caiações.

Naquilo que se pode classificar como intervenções especializadas, refira-se o trabalho de revisão e reparação de caixilharias e outros elementos de madeira. E, neste caso, é notória a importância da competência técnica do artífice carpinteiro que faz ajustar a parte nova de substituição ao que fica da peça original. Para Fernando Pinto, que assumiu a responsabilidade máxima pela globalidade dos trabalhos, *"este procedimento é tecnicamente mais eficiente face à dinâmica dos materiais e historicamente mais correcto"*.

Para se ter uma ideia mais aproximada da dificuldade de recuperação do interior do imóvel, convém referir que a Igreja da Cartuxa serviu durante um largo período de tempo como armazém de cereais. Uma utilização que, para além de danificar tudo o que se encontrava abaixo dos 4/5 metros de altura de cereal, nomeadamente os cadeirais, resultou em penetrações nas paredes e pedras, de sulfato de cobre utilizado para manter os roedores afastados do trigo armazenado. Se nas paredes a aplicação de nova cal

resolveu o problema, já nas cantarias não foi possível evitar a existência de vestígios.

No caso do restauro da lindíssima talha dourada na parede de fundo da Igreja, para se avaliar do resultado da referida utilização como celeiro, atente-se nos 80 kilos de pó aspirados antes de passar à limpeza técnica.

Para além da reconstrução da armação que suporta e liga a talha à parede, foram também efectuadas reconstituições de partes, às quais, no entanto, não foram aplicadas novas douragens. A justificação de Fernando Pinto surge de forma natural e segura quando explica *"não mascarámos nada do que foi feito, para que se entenda que aquela peça tem uma idade"*.

Outra intervenção que registou um significativo grau de dificuldade foi a reconstituição dos cadeirais que se encontravam totalmente desmontados, sendo necessário refazer as zonas de fixação à parede. Por último, refira-se as intervenções meticulosas que refizeram a pintura mural e permitiram a revisão dos azulejos.



Fundada e edificada entre 1530 e 1602, por vontade de D. Teotónio de Bragança, que custeou quase integralmente as obras, registou entre 1621 e 1625 a construção do claustro e pórtico principal, em mármore, da autoria de Filipe Terzi.

Em 1663 foi destruída, aquando do cerco de Évora, restando o pórtico de mármore.

Em 1834 foi extinta a congregação em Portugal e em 1852 foi ali instalada a Escola Agrícola Regional, extinta 17 anos depois. O Estado vendeu-a a José Maria Eugénio de Almeida, que em 1960 a devolveu aos Frades Cartuxos.

Nadescricao feita pela DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pode ler-se:

- Planimetria longitudinal orientada, composta, regular; volumes articulados, massas dispostas na vertical, cobertura diferenciada. Antecede a Igreja majestoso nártex de cinco tramos de arcaria em alvenaria, corrido na cimalha por baixa balaustrada sobre friso de triglifos. A rematar cada um dos fortes pilares de alvenaria, um par geminado de colunas caneladas da ordem dórica, sobre altos plintos paralelepípedicos. Ergue-se sobre o nártex frontaria monumental de dois lanços, o primeiro corrido por colunata coríntia, em três tramos, em tudo semelhante à anterior, com arquitrave bem marcada de molduras profundas e emoldurando os vãos de três amplos janelões rectangulares, gradeados. Levanta-se então o segundo lança, mais estreito e amparado às ilhargas de volutas, com par de duplas colunas geminadas da ordem coríntia. O corpo da nave, coberto de telhado de duas águas, é rematado, no topo, pela curiosa mole do oratório privativo da comunidade, um cubelo rematado por cunhais apilastrados de cantaria granítica, nos paramentos do qual se rasgam lunetas circulares. A capela mor, pouco profunda, não se distingue exteriormente do corpo da nave. No interior do nártex coberto por cinco cruzarias de ogiva descarregues em mísulas, abre-se o pórtico, com belo entablamento setecentista assente em sobreposição de pilastras da ordem jónica. Interiormente, a Igreja tem traça modesta, com nave única de berço e a capela mor pouco profunda franqueada por arco triunfal de volta perfeita e ombreiras apilastradas.

A Igreja da cartuxa ou de Nossa Senhora Scala Coeli



FICHA TÉCNICA DA OBRA

Responsável - Arqº. Fernando Pinto

Controle Técnico/Financeiro

Arqº. José Ramalho

Técnico Projectista e

Orçamentação Arqº. José Sousa

Fiscalização - António Modas

Trabalhos de Construção Civil

Paulo Ferreira (Empreiteiro)

Conservação da Pedra - Carlos Eduardo Boal

Recuperação e Restauro dos

Cadeirais - Isabel Pombo

Pinturas Murais - Mural da

História, Lda

Recuperação de Talhas

Douradas - Tacula, Lda



A formação superior e a conservação de edifícios antigos



Em Portugal, no início dos anos 90, inicia-se a democratização dos cursos de especialização e tese a que se atribui o título de Mestre. Nos últimos três ou quatro anos, produziu-se um desenvolvimento e crescimento rápido do número de cursos de mestrado, considerado anómalo por alguns especialistas que dizem ser motivados pelo êxito económico alcançado por alguns deles. Esta proliferação tem levado a um certo grau de saturação desta modalidade de ensino e, em diversos casos, à perda do rigor académico que a sua aprendizagem requer, assistindo-se, inclusivamente, à sua desvalorização no currículo profissional por parte do meio empresarial.

A arte da construção e a ciência da conservação/restauro

A necessidade de receber uma formação séria, regrada e metodológica no mundo da conservação é imprescindível em Portugal, ainda que se verifique a quase inexistência de cursos nacionais de mestrado neste campo. A conservação e restauro de monumentos e zonas históricas urbanas ou rurais são disciplinas que exigem uma formação específica. O rápido desenvolvimento dos materiais e técnicas de construção, que se afastaram da prática tradicional, e as descobertas científicas, que colocam novos métodos à disposição de todos

aqueles envolvidos na defesa do património, são aspectos decisivos na divisão entre a arte da construção e a ciência da conservação e restauro. Por outro lado, começa a surgir uma consciência pública da necessidade de proteger o património arquitectónico e urbano.

Estes aspectos introduzem na conservação do património uma dimensão e carácter próprios, sendo extraordinariamente difícil respeitar o património sem formação e conhecimento específicos. O conhecimento e formação cobrem uma variedade muito abrangente de áreas, muitas das quais não estão incluídas na formação tradicional oferecida a engenheiros civis e arquitectos, os profissionais usualmente mais envolvidos na conservação do património. Estas áreas incluem a arqueologia, a história da arquitectura e do urbanismo, o planeamento urbano, a forma estrutural da arquitectura e a utilização dos materiais tradicionais, o estudo dos seus mecanismos de deterioração e os métodos de consolidação ou substituição, e, finalmente, a história da filosofia e ética da conservação.

O panorama internacional

Três cursos de mestrado atingiram renome internacional sendo, por isso, leccionados na língua inglesa, nomeadamente o Mestrado em Conservação de Centros e Edifícios

Estudos de Conservação da Universidade de York, Reino Unido, e o Mestrado em Restauro de Estruturas Arquitectónicas, da Universidade de Florença, Itália. Os programas destes mestrados ilustram as áreas abrangidas e a pluridisciplinaridade referidas anteriormente. Todos os mestrados incluem ainda um número elevado de classes práticas e visitas a locais seleccionados.

Programa do Mestrado em Conservação de Centros e Edifícios Históricos

(Centro R. Lemaire para conservação - Universidade Católica de Lovaina)

1. Teoria e história da conservação do património arquitectónico

Teoria actual da conservação do património arquitectónico e das zonas históricas; História da conservação do património arquitectónico e das zonas históricas; Metodologia da história da arquitectura; História e análise das estruturas arquitectónicas e a sua evolução; Métodos de conservação de monumentos, com aplicações (casos práticos)

2. Teoria e história de zonas históricas rurais e urbanas

Teoria e história urbana: a renovação urbana; Metodologia da história urbana; Métodos e prática da reabilitação e conservação de centros históricos e zonas rurais (ilustrado com casos práticos); Arquitectura do recheio

3. Técnicas de análise e registo

Técnicas de levantamento, incluindo fotogrametria, levantamento aéreo e interpretação fotográfica; Métodos utilizados na arqueologia, incluindo anastylosis; Técnicas de registo e documentação do património; Teoria e métodos no projecto estrutural e arquitectónico (CAAD); Seminários sobre concepção e modelação estrutural

4. Materiais de construção e técnicas de conservação

Materiais de construção e decoração: evolução da sua utilização, técnicas tradicionais nas diferentes artes (Argamassas; Madeira; Pedra); Patologias e técnicas de conservação; Estabilidade de estruturas históricas: análise, diagnóstico, reparação e técnicas de consolidação; Análise das causas da humidade e tratamentos

5. Campos específicos de actuação e técnicas especiais
Conservação de vitrais, pinturas murais, decorações de interior e conceitos sobre as instalações técnicas em edifícios históricos; Introdução à conservação de jardins históricos e paisagens; Estereotomia

6. Políticas de conservação
Legislação europeia e análise comparativa de decretos no campo da conservação; Protecção internacional a monumentos e zonas históricas; Análise sociológica e futuro da reabilitação de centros históricos; Aspectos económicos da conservação: dimensão económica do património arquitectónico e custos; Aspectos económicos da conservação; Problemas de segurança: protecção ao fogo, risco sísmico, problemas de acessibilidade

Importa salientar que na vizinha Espanha, nos últimos dez anos, surgiram cursos de mestrado no campo da conservação, restauro e reabilitação em diferentes universidades. Os sucessos dos mestrados na área da conservação do património é portanto uma realidade no panorama internacional. Os interessados nesta formação deverão incluir técnicos das autarquias e das instituições que tutelam o património, consultores de arquitectura e engenharia, e quadros de empresas especializadas, de forma a que os diversos intervenientes no património passem a dispor de uma linguagem e uma atitude comuns, se respeitem mutuamente e cada interveniente compreenda as preocupações e os problemas dos restantes intervenientes. Estes mestrados podem ainda funcionar como um fórum para empresas que dispõem de materiais e técnicas de ponta para o restauro, que se preocupam com a formação permanente dos



Câmara Municipal de Lovaina
(gravura de Jacques Harrewyn)



Edifícios reabilitados
do Centro Histórico de York



Ponte velha em Florença

seus quadros, forçando o debate sobre os melhores materiais e a sua aplicação idónea, tais como empresas de conservação de pedra, de madeira, de rebocos, de estuque e pinturas tradicionais, de vitrais, de gesso, acústica, iluminação, climatização, reforço e segurança estrutural, etc.

O panorama nacional

Em Portugal, parecem existir apenas dois cursos de mestrados de algum modo relacionados com o património: o Mestrado em Museologia e Património do Departamento de Antropologia da UNL e o Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos da Faculdade de Arquitectura da UTL. É habitual que os mestrados dos Departamentos de Engenharia Civil da EEUM, FEUP, FCTUC e IST, relacionados com a construção, incluam disciplinas sobre conservação, patologia, reabilitação ou reforço (infelizmente, somos de opinião que alguma formação, generalista e desenquadrada da problemática do património, pode ser mais prejudicial que benéfica). Entre outras iniciativas referem-se também os cursos de pós-graduação no âmbito da conservação e reabilitação de edifícios no IST e da patologia da pedra na FEUP.

A reduzida actividade na área é de difícil compreensão mas demonstra a realidade inquestionável do seu abandono pela comunidade técnica e científica. Este abandono terá decerto inúmeras razões, devendo-se responsabilizar a globalidade dos intervenientes: instituições que tutelam o património, entidades financiadoras da investigação, empresas e Universidades.

Um aspecto que poderá ter também contribuído para este estado das coisas é o facto da Arquitectura em Portugal ter estado, por um longo período de tempo, integrada nas Belas Artes, possuindo uma componente técnica reduzida e uma componente artística elevada. Em diversos países europeus a formação em arquitectura é de índole substancialmente mais técnico. Admitindo como válidas as palavras de Rocci, "quando a acção de restauro se afirmou como conservação, o peso determinante da componente estilista do restaurador, entendido como um reintegrador estilístico, foi imensamente diminuído: hoje 80% do conteúdo do restauro é

constituído pela consolidação da estrutura e dos materiais e, portanto, a verdadeira competência alargada num restauro é de carácter técnico"¹, os cursos de mestrado em conservação, restauro e reabilitação deverão estar ligados aos

Em seguida, faz-se um diagnóstico de alguns aspectos considerados essenciais para a promoção da formação superior e investigação sobre o património.

Investigação na Área do Património

SITUAÇÃO ACTUAL: A investigação nas universidades na área do património é muito reduzida (áreas-chave estão claramente indicadas nos programas dos mestrados apresentados).

PROPOSTA: Acção conjunta dos Ministérios da Cultura, Planeamento e Administração do Território e Ciência e Tecnologia no sentido de serem disponibilizadas verbas adequadas para investigação na área (salienta-se que, neste preciso momento o Ministério da Ciência e Tecnologia está a realizar acções com vista ao desenvolvimento de um plano de áreas estratégicas de investimento para o período de 1999-2006). O papel das instituições que tutelam o património e das empresas é essencial para transmitir o panorama actual aos responsáveis governamentais.

Licenciaturas em Engenharia Civil

SITUAÇÃO ACTUAL: A conservação e a reabilitação recebem atenção muito reduzida nas universidades, seja em disciplinas específicas, seja em trabalhos de licenciatura.

PROPOSTA: A criação de um prémio pelas empresas e instituições que tutelam o património para trabalhos de licenciatura no âmbito da conservação e reabilitação do património. O prémio poderia consistir, por exemplo, numa bolsa de um ano para frequentar um mestrado que conduziisse a tese na mesma área.

Diagnóstico breve e sugestões para medidas a curto prazo

Bibliografia

SITUAÇÃO ACTUAL: As bibliotecas das universidades nacionais são de fraca qualidade, de reduzida dimensão e com serviços e sistemas de gestão, geralmente, inadequados.

PROPOSTA: A criação de uma única Biblioteca Nacional dedicada exclusivamente ao património que adquirisse todos os títulos relacionados com o tema. Esta biblioteca teria de possuir um sistema de gestão eficiente que permitisse empréstimos de livros por correio para todo o país e envio de fotocópias para todo o país, bem como consulta/empréstimo no local.

Departamentos de Engenharia Civil, ainda que a pluridisciplinaridade do tema e a falta de uma atitude comum contribuam, presentemente, para algumas dificuldades na constituição de equipas e programas de formação avançada.

¹ Rocchi, G., "Istituzioni di restauro dei beni architettonici e ambientali: Cause, Accertamenti, Diagnosi, Prevenzione, Interventi"

Collaudi, Editore Ulrico Hoepli, Milano, 1990.

A internet “agora” está na moda!



Mário Cardoso
Arquitecto

É

verdade, mas é uma moda que veio para ficar, pena é que muitas empresas não valorizem este novo meio de comunicação, atitude que pode vir a ter consequências negativas a médio e longo prazo.

A competitividade crescente a nível local e regional não deixa espaço para opções menos certas, exigindo das empresas uma presença objectiva e cuidada.

Existe, por outro lado, um mercado totalmente inexplorado à nossa espera, oportunidades que se escondem num universo sem limites e em contínua expansão (podemos comparar este fenómeno a um dia em que nas 24h disponíveis a internet se encontra, em termos de crescimento, apenas no 1º segundo).

Mas a nossa realidade actual é bastante diferente. A maioria das empresas portuguesas tem apenas uma

presença que, para além de não ter qualquer efeito, o que é já de si inconsequente, não estabelece qualquer mais valia adicional.

Muitas das empresas apresentam sites, vulgarmente chamados “páginas”, sem qualquer objectivo definido e sem daí se constituir nenhum valor acrescentado ou vantagem competitiva.

A forma como uma empresa se apresenta na internet não deve ser deixada ao critério de um indivíduo ou de um grupo restrito de pessoas sem o conhecimento real das suas características particulares, da sua história, limitações (se é que elas existem), potencialidades, evolução, tendências, regras e vantagens.

O que acontece muitas das vezes é uma empresa colocar a sua imagem corporativa como um autocolante que se fixa numa superfície, neste caso o cinescópio do monitor, sem



O utilizador típico de internet é extremamente exigente e procura altíssimos padrões de qualidade, dos quais não abre mão.



tentar deixar claro o que desejam e esperam os utilizadores.

Um site atractivo, rápido e bem organizado, faz com que muitas vezes o utilizador prolongue a sua visita para além do que pretendia inicialmente. Encontrar e ficar a conhecer mais sobre os serviços e capacidades de uma empresa pode vir a traduzir-se num contacto futuro e num possível trabalho.

Numa situação oposta, se a utilização de um site for confusa e, ou, lenta será rapidamente abandonado pelo utilizador/cliente, sem nunca ter alcançado o seu objectivo. O pior é que, tendo-se provocado uma desagradável sensação de frustração, os utilizadores, na sua grande maioria, não voltarão a visitar o site. Outra agravante é que, além de fugirem apressadamente do site em questão, poderemos ver a nossa ciber-reputação descer.

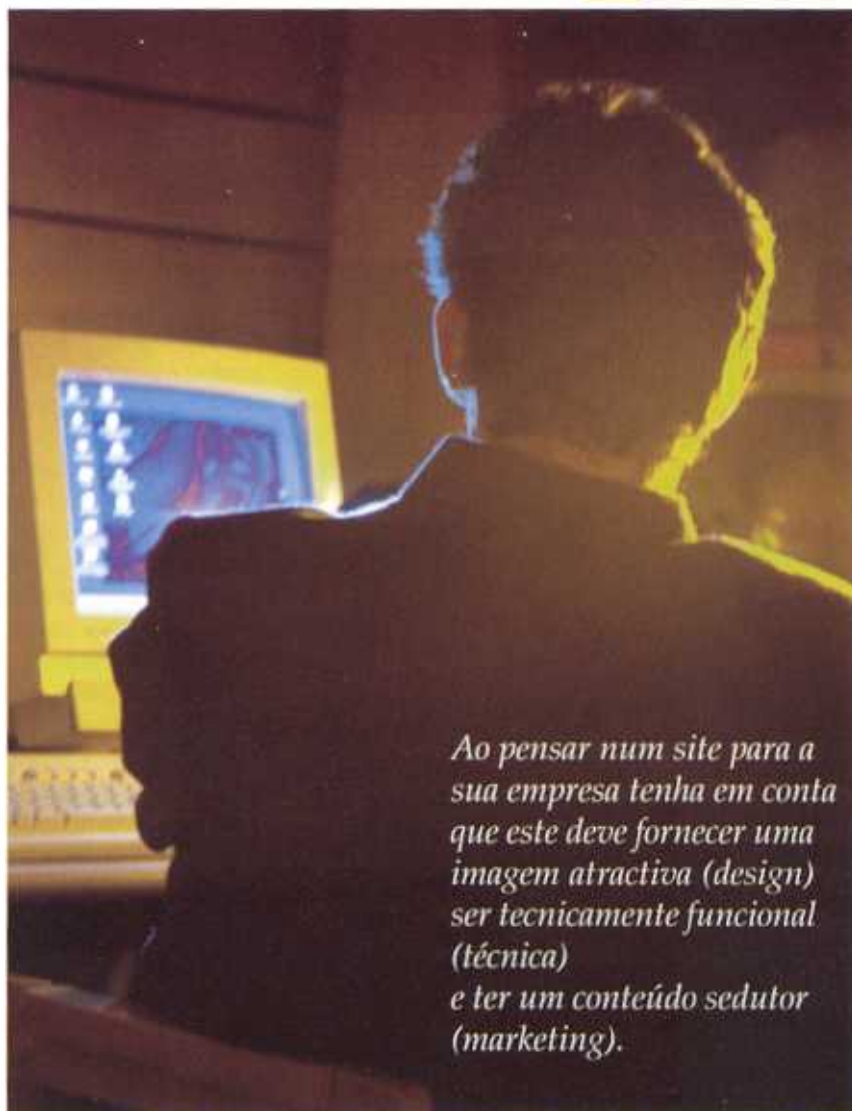
Aliás, o utilizador típico de internet é extremamente exigente e procura altíssimos padrões de qualidade, dos quais não abre mão. Este utilizador (em linguagem calão classificado como ciber-surfista ou rato de internet) rasteja vorazmente pela internet coleccionando informação útil ou simplesmente deambulando curioso em busca de novidades.

Como diz o ditado popular: o que é barato sai caro. No caso de um site, este ditado faz todo o sentido. No entanto pode optar-se por soluções económicas sem se prejudicar a imagem da empresa. Existem soluções tipo implementadas com sucesso que sem grandes custos podem assegurar uma forma digna de nos posicionarmos na internet.

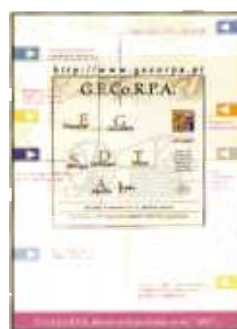
É possível ter um site com um pequeno investimento que não prejudique a imagem da empresa e que se traduza num substancial valor acrescentado.

Outra das consequências devastadoras da forma desadequada de alguns sites, é o problema que se tem de enfrentar, quando mais tarde se pretende ter uma presença mais consequente e apelativa. Nesse contexto teremos de contabilizar aos custos de produção o acréscimo dos de afirmação/promoção. Ou seja, é mais caro recuperar uma imagem do que criá-la.

Para concluir, ao pensar num site para a sua empresa tenha em conta



Ao pensar num site para a sua empresa tenha em conta que este deve fornecer uma imagem atractiva (design) ser tecnicamente funcional (técnica) e ter um conteúdo sedutor (marketing).



Marketing, design e mestria técnica são componentes essenciais para o desenvolvimento de um site que proporcione uma posição estratégica.

que este deve fornecer uma imagem atractiva (design) ser tecnicamente funcional (técnica) e ter um conteúdo sedutor (marketing).

Marketing, design e mestria técnica são componentes essenciais para o desenvolvimento de um site que proporcione uma posição estratégica. Os sites criados sem uma destas três fundamentais componentes são em geral uma

perda de tempo e dinheiro. Deve ter-se sempre em conta o factor custo/benefício: Se ele não for favorável, talvez dispense uma presença na internet — a não ser que se pretenda apenas estar na moda.

Nota: O GECORPA põe à disposição dos seus associados condições favoráveis de elaboração de sites na internet.

Trabalhos de recuperação da Igreja de S. Lourenço de Lisboa



Teresa de Campos Coelho¹
Arquitecta

Situada no bairro da Mouraria de Lisboa, a meio da encosta na antiga linha de separação da cidade cristã e do arrabalde que D. Afonso Henriques destinou aos mouros vencidos, encontra-se a Igreja de S. Lourenço, cuja fundação recua, pelo menos, ao séc. XII. Do período gótico ficaram duas das cinco capelas que tinha a primitiva igreja, capelas essas postas a descoberto pelas campanhas de obras recentemente empreendidas. Separadas pelo que é hoje o corredor lateral de acesso à igreja (entrada do Largo da Rosa), terão sido bastante destruídas pelos sismos que abalaram a cidade, em especial o de 1531. Mais do que o de 1755, responsável pela queda de metade do tecto e de todo o coro, foi o abalo de 1531 aquele que maiores estragos produziu, como se pode inferir do pedido feito em 1611 a Filipe II por Lourenço Macedo de Fróis, Provedor das Capelas dos Orfãos, para que fossem executadas obras na igreja, em virtude de não se poder celebrar nela o ofício divino². Foi então lançado

o dízimo sobre os moradores e os proprietários da freguesia, de modo a que se pudesse pagar os trabalhos necessários à sua reconstrução, no valor de 390\$00 para a *carpintaria*, e de 2.000 cruzados para a *pedraria*³. Parte desses trabalhos pode, ainda hoje, ser observada na capela-mor e nos arcos de embrechados existentes no interior da igreja, bem como nos que foram transferidos para uma ala do contíguo Palácio da Rosa, construído também nesse período. O palácio ligar-se-ia à igreja, então, através de uma tribuna aberta na parede norte num espaço que, pela sua volumetria, sugere ter aproveitado uma das capelas góticas. Os numerosos vestígios ainda existentes mostram-nos que foram, sem dúvida, importantes as obras empreendidas sob o domínio filipino.

Não menos importantes seriam os trabalhos do séc. XVIII, devidos não só à iniciativa de D. Tomás de Almeida (primeiro Patriarca de Lisboa, que teve aqui o seu primeiro cargo eclesiástico), mas também às já referidas campanhas empreendidas depois do sismo de

¹ Arquitecta Mestre em História da Arte, Assistente e membro do Centro de Estudos Históricos da Universidade Aberta, colaboradora do Gabinete Local da Mouraria da Câmara Municipal de Lisboa.

² A.N.T.T. - Chancelaria de Filipe II, Livro XXVIII, fl. 62v e fl. 40.

³ *Ibidem*

1755 (concluídas em 1763) que confeririam à igreja o seu aspecto actual, revestindo as paredes da nave com azulejos historiados alusivos à vida de S. Lourenço.

Um século mais tarde, nova campanha de obras seria responsável por outras alterações de menor importância. Já neste século, as obras empreendidas pelo Marquês de Ponte do Lima em consequência da abertura da rua homónima, provocariam consideráveis transformações, em especial nos espaços anexos à igreja (agora ligados a uma nova ala do palácio construída a sul), e, subindo consideravelmente a cota da rua, o que implicou o desaparecimento da escadaria de acesso à porta principal da igreja, registada numa gravura de Gonzaga Pereira, em 1833⁴.

Em 1970 a família Castelo-Melhor venderia à Câmara Municipal de Lisboa o conjunto formado pela igreja e palácio.

Metodologia de intervenção Integrada na Área de Recuperação e Reconversão Urbanística do Gabinete Local da Mouraria a C.M.L. iniciaria, em 1989, os trabalhos para a recuperação da igreja, em virtude do elevado estado de degradação em que esta se encontrava. Inicialmente, estes tinham por objectivo, apenas, a sua consolidação estrutural, de acordo com as seguintes patologias detectadas:

- fendilhação acentuada das paredes mestras;
- desligamento da fachada principal;
- alvenarias com elevada percentagem de vazios;
- cantarias desniveladas e partidas;
- nós estruturais fragilizados;
- ataque de insectos xilófagos e de fungos nas madeiras.

Numa primeira fase, os trabalhos têm-se centrado nessa mesma consolidação, feita através da execução de micro-estacas (Fig.1), pregagem da fachada (Fig.2), injeções de

calda de cimento e cal nas paredes resinas hipóxicidas nas cantarias. A convite da S.T.A.P. veio a Lisboa o Professor e Eng.º Lizzi (responsável pela consolidação de importantes monumentos em Itália, tais como Ponte Vecchio em Florença, e o Templo de Ceres em Paestum, só para citar alguns) que, na própria obra, nos aconselhou sobre os métodos e técnicas a utilizar.

Assondagens realizadas - picagem de paredes e verificação do estado das fundações - implicaram a necessidade de intervenção de uma equipa de arqueólogos do I.P.P.A.R., que acompanharam todos os trabalhos desta primeira fase. Essas sondagens revelaram-se de primordial importância uma vez que, para além de nos terem dado algumas respostas a problemas de ordem técnica ajudaram-nos, também, a conhecer melhor a história do próprio edifício. Pudemos concluir, com efeito, que muitas das patologias existentes resultavam da coexistência de campanhas de obras e de materiais de épocas diferentes completando, na prática, alguns dos conhecimentos adquiridos através da investigação histórica.

As importantes descobertas então feitas, com especial relevo para as capelas de período gótico (Fig. 3 e 4), obrigaram à reformulação da proposta inicial de simples consolidação estrutural e de restauro, e à criação de uma equipa multidisciplinar que, ao acompanhar ininterruptamente todos os trabalhos, tem vindo sempre a confrontar-se com novas situações. Houve, assim, necessidade de adoptar uma metodologia que estabelecesse diferentes níveis de intervenção e que, apesar do confronto entre vestígios de períodos diferentes, mantivesse a unidade formal do edifício. Essa mesma metodologia obrigou a uma redefinição dos espaços e à adopção de diferentes níveis de intervenção (para o que é fundamental, do ponto de vista técnico e formal, a análise



Fig. 1 - Perfuração para micro-estacas



Fig. 2 - Pregagem da fachada

⁴ In "Monumentos Sacros". Lisboa 1834



Fig. 3 - Desentulhamento e consolidação da capela gótica principal

atenta dos materiais), a que correspondem, também, zonas distintas de intervenção. Iniciar-se-á, assim, uma **segunda fase** dos trabalhos que terá por objectivo (Fig. 5):

1 - A par da consolidação das estruturas, o **restauro integral da igreja** (nave, capela-mor, baptistério, sacristia e tecto, de que faz parte, ainda, o restauro do altar-mor e altares laterais, azulejos, telas e imaginária). Para tal, foram analisados todos os materiais, nomeadamente os diferentes tipos de argamassas, para que os elementos agora utilizados tenham características semelhantes aos originais, de modo a evitar incompatibilidades que possam provocar novas patologias.

2- **Reformulação da área sul**, anteriormente ocupada pelas habitações do pároco e do guarda do palácio e que correspondem, actualmente, às capelas góticas descobertas durante os trabalhos. A evolução sofrida pela igreja ao longo dos séculos conduziu à transformação da igreja gótica com capelas laterais, numa igreja barroca e rocóco de nave única, tendo essas capelas sido adaptadas a serviços autónomos em relação à própria nave. Esta situação permitiu, por

sua vez, diferentes níveis de intervenção, evitando o ecletismo que resulta, na maior parte das vezes, da necessidade de coexistência de elementos de diferentes períodos (todos eles igualmente importantes) em espaços não diferenciados.

3 - **Reposição integral** de uma das capelas góticas (capela gótica principal), através do seu desentulhamento, e do refechamento dos vãos abertos no séc. XVIII.

4 - **Criação de uma área museológica** que integrará e articulará os espaços que, em virtude das suas características, já não sejam passíveis de um restauro integral, ou que não tenham grande valor patrimonial. Estão neste caso a segunda capela gótica (bastante destruída pelos vários sismos), a antiga casa do guarda e, no piso 3, a sala situada sobre as capelas góticas, que se destinarão a um espaço simultaneamente de apoio à igreja e de exposições. Esta área, além de integrar os vestígios arqueológicos já descobertos (e que venham a ser descobertos em futuras campanhas) integrará, ainda, uma exposição permanente com o historial do edifício.

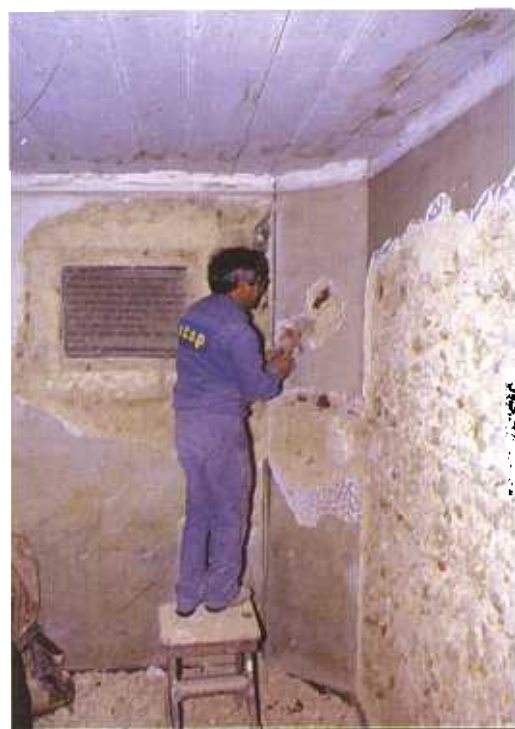


Fig. 4 - Picagem das paredes da segunda capela gótica

Igreja de S. Lourenço

FICHA TÉCNICA

Direcção de obra: Arq^a Teresa de Campos Coelho.

Fiscalização: Arq^a Teresa de Campos Coelho e Eng^a Elizabeth Figueiredo

Equipa projectista exterior: Arq^a Khol de Carvalho e Eng^a Prada-Santos

Fotografia: Jorge Brilhante (Presidência da República)

Consolidação: S.T.A.P, OZ e Cimeira.

Estudo dos materiais: S.T.A.P e OZ.

Restauro de azulejo: Equipa do Museu da Cidade da C.M.L.

Restauro de pintura: Instituto José de Figueiredo.

Investigação histórica:

- Arq^a Teresa de Campos Coelho
Arquitectura (Universidade Aberta e Gab. Local da Mouraria)

- Prof. Doutor José Custódio Vieira da Silva -Arquitectura Gótica (Dep. de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa)

- Prof. Doutor Vítor Serrão - Pintura (Dep. de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa)

- José Meco - Azulejaria (Instituto José de Figueiredo)

- Dr. Clementino Amaro
Arqueologia (Instituto Português de Arqueologia)



Fig. 5 - Planta da Igreja

1 - Entrada principal (Rua Marquês Ponte do Lima)

2 - Entrada secundária (Largo da Rosa)

A - Nave

B - Capela-mor

C - Sacristia

D - Sala de apoio à sacristia (piso 1)

Tribuna com ligação ao Palácio da Rosa (piso 2)

E - Baptistério

F - Sala de apoio à igreja (actualmente, segunda capela gótica)

G - Antiga habitação do pároco (actualmente, segunda capela gótica)

H - Antiga casa do guarda do palácio (área actualmente integrada no projecto da igreja)

Castelos de pedra e cal



Francisco Sousa Lobo
Engenheiro Militar

A grande tomada de consciência das pessoas em relação ao valor do Património, associada ao desenvolvimento do turismo cultural está a levar a um crescente interesse das entidades públicas e privadas na preservação de Zonas e Edifícios Históricos. Neste contexto têm especial destaque, castelos e fortalezas, devido ao seu aspecto emblemático, às suas grandes dimensões e características construtivas. Não podemos esquecer que as formas, estruturas e os materiais componentes das fortificações funcionam de forma completamente diferente dos edifícios civis.

As paredes dos castelos e fortalezas eram especialmente preparadas para resistir às acções mecânicas violentas que visavam a sua destruição. Essas acções evoluíram no entanto ao longo dos séculos, de acordo com os processos nos armamentos. Isso pode ser compreendido pelo estudo da evolução da Arquitectura Militar, em que tudo tem uma lógica. O mais fácil de apreender é a diferença na configuração exterior e interior das formas, mas esse aspecto nem sempre é o mais relevante. A selecção de materiais de construção e a sua aplicação, que muitas vezes escapa a um observador menos atento, pode ser o aspecto essencial.

As diferenças de materiais estão associadas a diferenças estruturais. Podemos observar eventualmente tanto um castelo como uma fortaleza revestidos de pedra. No entanto, esse material que vemos exteriormente pode ter funções distintas. Temos que conhecer os efeitos mecânicos das acções de guerra para saber o porquê da aplicação dos materiais. É necessário conhecer o efeito dos armamentos para nos podermos

pronunciar. A grande diferença na estrutura das paredes dos castelos e fortalezas deve-se ao aparecimento das armas de fogo, nomeadamente os canhões. O aumento da energia cinética dos projecteis e mais tarde o aparecimento da bala explosiva, alterou radicalmente o desenho das fortificações usando-se no entanto os mesmos materiais estruturados de forma diferente.

Os edifícios civis foram construídos, ao longo da história, para resistir às solicitações normais. Nos termos modernos essas solicitações foram regulamentadas e aprovadas em Portarias que têm força de lei geral para todo o país. Esses regulamentos não contemplam as solicitações a que estão sujeitas as fortificações, pois desde sempre esses aspectos particulares dos sistemas estruturais eram tratados no âmbito militar. Primitivamente de forma empírica e a partir do século XVI de forma cada vez mais científica. As grandes alterações deram-se no século passado devido ao espantoso aumento



O atravessamento do fosso executado da forma que a imagem documenta corta a leitura do sistema defensivo. A guarda em pedra confunde ainda mais o observador

do efeito dos projecteis. A resposta foi a utilização intensiva do ferro nas estruturas fortificadas, a que se seguiu o betão armado.

Há no entanto um aspecto comum, ao longo da história da fortificação até ao século XIX, que corresponde ao uso intensivo dos recursos locais. Não havia outra solução devido à espantosa quantidade de materiais de construção que era necessário utilizar. Por essa razão existiu sempre um predomínio de materiais naturais e de fácil aquisição local. Nos castelos medievais, herdeiros da tradição assíria, romana e muçulmana havia um predomínio da pedra, do tijolo ou de um material quase petrificado, a taipa. Em contraposição na fortificação de transição do séc. XV e na sua sucessora abaluartada do séc. XVI e XVII começou a prevalecer o uso da terra sobre a pedra.

A madeira como material esteve sempre presente em todos os modelos de fortificação. Conjugada com o uso da terra era base da fortificação passageira, complemento indispensável da fortificação permanente. Era também usada directamente aplicada em articulação com as estruturas fortificadas dos castelos e fortalezas devido às suas características como material de construção. Podia-se trabalhar facilmente, resistia à flexão, tinha um bom comportamento à compressão e era relativamente durável em ambientes climáticos estáveis.

Para além do uso da terra, da pedra e da madeira havia lugar à aplicação de outro material sempre que possível de recurso local e que tinha a função de aglutinante. Esse material era a cal, que podemos encontrar na composição das argamassas das fortalezas que os portugueses construíram ou remodelaram em Marrocos, nas Ilhas Atlânticas, na Costa Africana, na Índia, no Extremo Oriente e no Brasil.

De todos os materiais que citámos a cal foi o único que foi transportado em quantidades apreciáveis. Nem sempre se podia dispor deste precioso aglutinante nos locais em que por razões estratégicas militares, ou comerciais, havia necessidade de construir o recinto fortificado. Era mais fácil, por vezes trazer a cal

embarcada nos navios do que extrair e transportar este material por via terrestre.

O mito do transporte das pedras e da madeira no bojo dos navios está em declínio. Alguns historiadores fizeram uma generalização apressada daquilo que foi uma excepção. Em certos casos foram transportadas pedras aparelhadas e por vezes trabalhadas destinadas ao guarnecimento de vãos ou a outros locais nobres dos edifícios. A madeira também só foi transportada em casos excepcionais em que havia necessidade da construção rápida de tranqueiras ou casas fortes em situações de construção à viva força ou perto disso.

Há que fazer um esforço de pesquisa e divulgação no que se refere à aplicação destes materiais de construção elementares para não se cometerem erros no restauros nem se fazerem opções erradas nos programas de recuperação dos imóveis. É preciso não esquecer que estes materiais eram aplicados com critérios que por vezes demoraram séculos a aperfeiçoar. As dimensões com que eram incorporados no todo construtivo estavam relacionadas com as suas características e com a função que esse componente desempenhava no todo em que estava aplicado.

A conservação e o restauro de castelos e fortalezas devido a este papel muito específico que os materiais de construção desempenham constitui uma disciplina à parte em questões de recuperação. Não podemos esquecer que a mudança de configuração das próprias fortalezas durante a sua existência está relacionada com a alteração do papel que os mesmos materiais de construção desempenhavam na estrutura defensiva. No período medieval a pedra era o material mais importante na construção dos castelos. Na época moderna a pedra passa a ter um papel mais decorativo e também de protecção ao material mais importante para o sistema de defesa, a terra.

Nos restauros que temos vindo a acompanhar ou a observar nem sempre se vê que haja uma perfeita compreensão do papel dos materiais de construção como contributo para a capacidade defensiva. É essencial



Os velhos muros do castelo de Alcácer do Sal foram emparedados em malha de aço e betão projectado. Como estudar agora a história dum Alcácer que foi talvez romano, muçulmano e cristão?

entender a Arquitectura Militar do edifício e a sua própria evolução para tomar decisões na aplicação dos materiais. Os estudos arqueológicos não podem continuar com a atenção centrada num passado deslumbrante que se encontra enterrado.

Diante dos nossos olhos, sobressaindo no terreno há uma realidade física que tem que ser estudada com o auxílio dos especialistas em Arquitectura Militar. Só dessa forma será possível preservar esse emblemático património construído que marca fortemente as nossas paisagens. Castelos e Fortalezas só se manterão "de pedra e cal" se não cedermos à tentação de intervir antes de os estudar.

Algumas reflexões sobre as relações entre a investigação, o projecto e a intervenção no património arquitectónico



Maria Manuela Barata
Engenheira

Todo o projecto e posterior intervenção no património arquitectónico, qualquer que seja a sua escala, começa com a investigação, entendendo-se por esta o estudo, o conhecimento e a análise do edifício.

Os dados adquirem um carácter particular e manifestam-se no levantamento, seja o das patologias, o dimensional ou o histórico. O levantamento, como suporte fundamental para o conhecimento, não constitui uma tarefa fechada em si mesma, mas pelo contrário abre novas possibilidades de reinterpretação de dados, seja pelo avanço tecnológico, por novas investigações ou pela confrontação

com informação já conhecida. Talvez a única coisa "inalterável" desta fase sejam os dados dimensionais, uma vez que toda a outra informação funciona como variável que pode, inclusive, modificar "verdades" entendidas como absolutas, atendendo ao seu carácter essencialmente interpretativo. O rigor científico com que se devem realizar estas tarefas, fazem da análise uma etapa fundamental para o conhecimento dos elementos constitutivos do imóvel e das suas patologias.

A partir desta etapa, começarão a manifestar-se à priori, pré-



"Todo o edifício tem uma história e toda a alteração que ocorre desde a sua construção, seja por degradação dos materiais, negligência, novos usos, alteração na sua relação com a envolvente, origina uma página nessa história, que se torna necessário 'ler'."



diagnósticos ou conclusões parciais das patologias que levarão a um juízo crítico que, como no caso do levantamento, deverão ser passíveis de reinterpretação.

É importante referir aqui a relevância da monitoragem da evolução do comportamento do edifício, quer na fase do diagnóstico quer para a avaliação dos efeitos das medidas correctivas e resultantes da intervenção.

Poderá perguntar-se porquê este contínuo voltar ao conhecimento já adquirido? Porque todo o edifício tem uma história e toda a alteração

que ocorre desde a sua construção, seja por degradação dos materiais, negligência, novos usos, alteração na sua relação com a envolvente, origina uma página nessa história, que se torna necessário "ler".

Perante o que se disse atrás, é óbvio que qualquer intervenção no património arquitectónico deverá começar pela investigação que fundamentará o projecto e, consequentemente, a intervenção.

Na verdade, porém, a realidade é bem diferente e por diversos motivos: o desconhecimento das investigações realizadas, os diferentes critérios de intervenção dos Organismos que têm a seu cargo os projectos, objectivos distintos, etc., originam intervenções conjunturais. A investigação é, normalmente, feita ou por Laboratório Oficiais ou pelas Universidades, enquanto que a competência e autoridade para intervir no Património Arquitectónico, especificamente no classificado, está entregue a dois Organismos Oficiais – o IPPAR e DGEMN.

Esta situação pode descrever-se utilizando as palavras de Ortega e Gasset ".....somos como esses remoinhos do deserto, em que parecendo uma coluna, cada uma das areias que a formam não reconhece a existência real das outras, mesmo que o vento que as impele seja o mesmo....".

Assim são estes Organismos, formam o mesmo remoinho, quer dizer o mesmo fenómeno de afinidades, mas conhecem-se pouco e, nalguns aspectos, ignoram-se por completo. Torna-se então necessário encontrar os canais adequados para que os conhecimentos e realidades de cada uma destas Instituições sejam um só conhecimento e realidade, em benefício do nosso Património Arquitectónico.

QUINAGRE

Mais de uma década a recuperar séculos de história

Há mais de uma década que a QUINAGRE - Estudos e Construções, Lda. decidiu entrar no segmento da recuperação do património. Uma decisão estratégica que implicou uma verdadeira reorganização interna, de procedimentos e normas. Afinal, tratava-se de contribuir para a preservação do património, classificado ou não, de um país com a responsabilidade de séculos de História.

Hoje, o balanço é francamente positivo, e o futuro tem como indicadores as marcas de intervenções que valorizam o currículo de uma empresa com credibilidade no presente, para garantir para o futuro a riqueza arquitectónica do passado.

De acordo com o Eng.º Joaquim Quintas "não foi, nem será fácil, para as empresas que assumem responsabilidades nas suas intervenções, fazer face a uma concorrência que faz do preço a sua arma principal". O sócio gerente da Quinagre acrescenta "felizmente que a grande maioria dos nossos clientes exige referências de trabalhos executados por nós".

A título de exemplo, a seguir se enunciam algumas das últimas obras de referência:

Recuperação Estrutural da Cobertura da Ala Norte do Museu Nacional de Arqueologia Mosteiro dos Jerónimos

Início - 1996
Duração - 24 meses
Valor - 102 mil contos
Dono da Obra - IPPAR

Recuperação e Beneficiação da Igreja da Graça - Santarém

Início - 1996
Duração - 18 meses
Valor - 165 mil contos
Dono da Obra - IPPAR

Recuperação do Jardim das Damas

Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa

Início - 1994
Duração - 18 meses
Valor - 170 mil contos
Dono da Obra - IPPAR

Recuperação do Jardim da Cascata

Quinta Real de Caxias

Início - 1996
Duração - 18 meses
Valor - 75 mil contos
Dono da Obra - Câmara Municipal de Oeiras

Recuperação da Torre do Relógio e Arranjos Exteriores - Santarém

Início - 1998
Duração - 3 meses
Valor 50 mil contos
Dono da Obra - Câmara Municipal de Santarém

**Palácio Nacional da Ajuda
Recuperação do Jardim das Damas**

IPPAR - Inst. Port. do Patrim. Arquitectónico e Arqueológico



**Museu Nacional de Arqueologia
Recuperação estrutural da cobertura Ala poente**

IPPAR - Inst. Port. do Patrim. Arquitectónico e Arqueológico



OZ

Novas técnicas de levantamento e diagnóstico para o Património Arquitectónico

A Oz passou recentemente a ter disponíveis 5 novas técnicas de levantamento e diagnóstico, particularmente vocacionadas para construções antigas. Estas técnicas vêm-se juntar às já anteriormente disponíveis na Oz, constituindo um poderoso conjunto de ferramentas para uma adequada preparação das intervenções de conservação ou recuperação do património construído.

Levantamento fotogramétrico de monumentos e de edifícios antigos. O "software" Elcovision com apoio topográfico no campo permite o levantamento rápido e fiável de fachadas trabalhadas, incluindo informação quanto às tipologias construtivas, materiais e suas patologias

Determinação "in situ" da resistência duma argamassa pelo método do arrancamento duma hélice. Um ensaio simples, desenvolvido pelo RILEM, que permite caracterizar, com alguma aproximação as propriedades mecânicas das argamassas de assentamento

Avaliação da integridade de elementos de madeira. Detecção, reduzidamente intrusiva, de deteriorações em elementos de madeira, com vista à verificação do seu estado de conservação e capacidade resistente

Identificação de sais em eflorescências e na água em contacto com construções. Caracterização expedita e "in situ" dos sais presentes em eflorescências ou subeflorescências salinas em construções, ou da agressividade das águas presentes no terreno, em contacto com as fundações

Ensaio com macacos planos para avaliação das características mecânicas de estruturas de alvenaria. Do antecedente, vinha já a Oz a prestar um serviço utilizando a tecnologia dos macacos planos, com vista a avaliar o estado de tensão em estruturas de alvenaria.

A nova técnica, agora oferecida, representa uma extensão da determinação do estado de tensão e baseia-se na utilização conjunta de dois macacos planos, permitindo avaliar a deformabilidade e a resistência à compressão da alvenaria.



Monumenta

Contenção, rigor e responsabilidade nas intervenções

As aspirações da sociedade em relação ao património cultural e, em particular, em relação ao património arquitectónico, têm vindo a ser, frequentemente, defraudadas através de intervenções menos felizes, ditadas por uma postura demasiado economicista e pela predominância do cimento e do betão.

É hoje patente que a conservação e o restauro do património arquitectónico não podem ser abordados pelos métodos correntes da construção civil, antes constituem uma área de especialização bem identificada e fazem apelo a uma postura radicalmente diferente. Quanto à especialização, constata-se que os materiais e tecnologias que hoje têm mais peso nos hábitos dos construtores, não são os mais adequados à conservação e restauro do património arquitectónico: por um lado, as velhas "artes e ofícios" e os

materiais originais são muitas vezes preferíveis; por outro lado, pode haver vantagem em lançar mão de materiais e tecnologias avançadas.

Quanto à postura, ela define-se por três aspectos fundamentais. O primeiro é a **contenção**. As intervenções no património arquitectónico são sempre perturbadoras do seu equilíbrio, representando, portanto, um risco. A extensão dessas intervenções deve, por consequência, ser a mínima necessária para atingir, com eficácia, os objectivos preconizados.

O segundo aspecto é o **rigor**. As intervenções no património arquitectónico deverão ser, primeiro, cuidadosamente concebidas e planeadas e, depois, executadas de acordo com o plano.

O terceiro aspecto é a **responsabilidade**. As intervenções no património arquitectónico exigem uma participação responsável de todos

os agentes, em particular dos que têm a seu cargo a execução dos trabalhos.

Com o objectivo de viabilizar uma maior especialização e assegurar a postura mais apropriada, foi fundada, em Novembro de 1997, uma nova empresa, vocacionada exclusivamente para este nobre domínio: A Monumenta, Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.



MONUMENTA

Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.

R. Pedro Nunes, 27 - 1º Dto. - 1050 Lisboa, Portugal

Tel.: (01) 317 46 98 - Fax (01) 315 68 71

www.monumenta.pt

Ligue
(01) 354 23 36

ou transmita este cupão (ou fotocópia) através do Fax (01) 315 79 96 para fazer a sua assinatura da Pedra & Cal. Em alternativa poderá enviá-lo pelo correio para Rua Pedro Nunes, nº 27 - 1º Dto - 1050 Lisboa

Assinatura **Pedra & Cal** 4 números

Sim, desejo assinar a **Pedra & Cal** durante 1 ano pelo preço de 5400\$00 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa) acrescido de 500\$00 para envio e portes.

Nome _____

Telef. _____ Fax _____

Profissão/Função _____

Morada para envio _____

Localidade _____ Código Postal _____

Junto cheque nº _____ no valor de _____ s/ o Banco _____ à ordem do GECORPA

Data _____ Assinatura _____

Non terms legalis, ao signatário é garantido o acesso aos seus dados e respectiva rectificação



Construção e reforço de um antigo mastro de um moinho de vento tradicional

S.T.A.P inicia Projecto Craft "Coloretim"

Com vista ao reforço localizado de elementos estruturais de madeira compósitos, foi recentemente comunicada a aprovação pela DGXXI da proposta nº FA S2-9248, Programa FAIR "Local reinforcement for timber structures- Coloretim".

Estão envolvidos no Projecto Craft "Coloretim", para além da STAP-Reabilitação, Modificação e Protecção de Estruturas, o LNEC- Núcleo de Madeiras (Instituição de Investigação, Portugal), RBB- Laboratoire de Rehologie du Bois de Bordeaux (Instituição de Investigação, França), Lamecol, SA (PME, França) e Cowley Structural Timber Ltd. (PME, Reino Unido).

O projecto, no montante aproximado de 500kECU e uma duração de 24 meses, tem em vista desenvolver métodos de reforço de zonas localizadas de elementos estruturais de madeira com materiais compósitos, utilizando fibras de vidro e de carbono. Estes reforços locais podem abrir novas possibilidades de concepção e projecto de estruturas de madeira.

Com este projecto, a Stap espera ampliar a sua capacidade de intervenção em estruturas de madeira, quer ao nível das técnicas, quer ao nível dos materiais. Um possível campo de aplicação desta tecnologia são os edifícios antigos, onde é frequente a ocorrência de elementos de madeira com comportamento estrutural deficiente.



Mesmo pormenor antes e depois da intervenção

Mural da História

O trabalho de conservação e restauro executado numa pintura ilusionista a ténpera existente na Igreja de S. Francisco, Capela da Ordem Terceira em Évora, (fotos) é um dos exemplos da actividade da Mural da História. A intervenção da empresa neste trabalho de restauro passou pela fixação da camada pictórica e reboco, limpeza e reintegração cromática.

Constituída em 1991, a Mural da História, Lda desenvolve a sua actividade de conservação e restauro exclusivamente na área de pintura mural, para a qual conta com a colaboração de pessoal especializado. A par desta actividade, a empresa coopera com instituições oficiais em trabalhos de estudo, documentação e inventariação.



LisTorres

As dificuldades sentidas pelas empresas do sector em recrutar pessoal qualificado na área da conservação e restauro, levam a LisTorres a continuar o esforço de preservação das técnicas tradicionais de restauro.

Como exemplo, refira-se o trabalho efectuado no Lar Académico Feminino da GNR, em Braga, onde foram executadas sancas em gesso, moldadas no local, com moldes (Papos de Rola) fabricados propositadamente para reproduzir o desenho original.



Construtora Vila Franca concluiu obras de recuperação nas ruínas de Miróbriga

Em apenas três meses, a Construtora Vila Franca deu por terminada a obra de recuperação das estruturas romanas de Miróbriga. Sob a égide do IPPA- Instituto Português do Património Arquitectónico, este projecto de recuperação foi implementado em três obras distintas: recuperação da Ponte Romana, do Hipocausto e de um túnel, cuja função consistia em captar as águas à saída das termas. Estas intervenções, efectuadas na zona das termas das estruturas romanas de Miróbriga, envolveram 14 mil contos de investimento.



I Jornadas de Centros Históricos do Eixo Atlântico

Braga, Bragança, Chaves, Ferrol, Guimarães, La Coruña, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense, Peso da Régua, Pontevedra, Porto, Santiago de Compostela, Viana do Castelo, Vigo, Vila Nova de Gaia, Vila Real e Vilagarcia de Arosa são os municípios portugueses e espanhóis presentes nas I Jornadas de Centros Históricos do Eixo Atlântico, que se realizam nos dias 29 e 30 de Outubro de 1998 na cidade espanhola de Lugo. "A promoção e recuperação do Centro Histórico do Porto" (Património da Humanidade), "A promoção e recuperação de Centro Histórico de Guimarães" (cidade candidata a Património da Humanidade) e "A promoção e recuperação do Centro Histórico de Vigo-Programa Urban", são alguns dos temas a debater nestas Jornadas, que contam com intervenções de destacadas personalidades de ambos os países.



II Seminário Internacional "Structural Analysis of Historical Constructions"

"Understanding ancient constructions", "The signs of time", "The elements of the analysis", "Relationship between analysis and intervention" e "Real case studies (I e II)" constituem as 6 sessões temáticas do Seminário, que se realiza em Barcelona nos dias 4, 5 e 6 de Novembro de 1998, estando previstas 22 intervenções de diversos especialistas oriundos de Espanha, Itália, Reino Unido, Portugal, Estados Unidos e França. Uma visita à Catedral Gótica de Barcelona faz também parte do programa oficial.



III Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico

A conservação dos centros históricos irá ser debatida em Guimarães, nos dias 25, 26 e 27 de Novembro de 1998, durante o III Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico. De acordo com José Noras, presidente da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico (APMCH) e também da Câmara Municipal de Santarém, este encontro irá permitir "uma troca de experiências e o debate em torno dos métodos e técnicas utilizadas, além do confronto de políticas concretas". A APMCH conta actualmente com 126 membros.



JPEE 98 - Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas

As Jornadas realizam-se no LNEC, em Lisboa, de 25 a 28 de Novembro de 1998 e serão organizadas em torno de três temas gerais, englobando cada um vários subtemas específicos:

- 1) Verificação da Segurança de Estruturas.
- 2) Comportamento de Estruturas.
- 3) Novas Realizações de Estruturas.

Informações:

JPEE 98

A/c LNEC - Av. Brasil 101 - 1799 Lisboa

Tel (01) 848 21 31 - Fax (01) 846 34 57

e-mail: jpee98@lnec.pt



ICOMOS XII Assembleia Geral e Simpósio Científico

AXII Assembleia Geral e Simpósio Científico do ICOMOS, terá lugar no México, de 17 a 23 de Outubro de 1999. "Utilização Correcta do Património - Património e Desenvolvimento" é o tema do Simpósio, cujos trabalhos se repartem por quatro sessões: "Património e Conservação", "Património e Sociedade", "Património e Território" e "Património e Desenvolvimento", que se realizam, respectivamente, nas cidades de México, Morelia, Guanajuato e Guadalajara, e cujas conclusões serão apresentadas durante a cerimónia de encerramento da Assembleia Geral, que se realiza nos dias 22-23 de Outubro na cidade de Guadalajara.